UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS DO SERTÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO

FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS

NARRATIVAS SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE ORIGEM RURAL NUMA ESCOLA URBANA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA-AL

DELMIRO GOUVEIA/AL
2018

FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS

NARRATIVAS SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE ORIGEM RURAL NUMA ESCOLA URBANA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA-AL

Monografia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Semiárido da Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Campus do Sertão como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação no Semiárido.

Orientador: Prof. Msc. Kleber Costa da Silva.

DELMIRO GOUVEIA/AL
2018

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia
Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 *2169*

S237n Santos, Fábio Pereira dos

Narrativas sobre vivências de estudantes de origem rural numa escola urbana : um olhar sobre a Comunidade Serra do Cavalo, Água Branca-Al / Fábio Pereira dos Santos. – 2018.
103 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Kleber Costa da Silva.
Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação rural. 2. Educação urbana. 3. Água Branca. I. Título.

CDU: 37-057.87(1-22)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM *EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO*

NARRATIVAS SOBRE VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE ORIGEM RURAL NUMA ESCOLA URBANA: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA/AL

FÁBIO PEREIRA DOS SANTOS,

Monografia submetida à banca examinadora no Curso de Especialização em *Educação no Semiárido* da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/Delmiro Gouveia/AL e aprovada no dia 31 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Kleber Costa da Silva – Orientador

Profª Drª Suana Medeiros Silva – Examinador 1

Profª Drª Carla Taciane Figueirêdo – Examinador(a) 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu nobre amigo Regís Lima da Silva, o geourbano do Sertão de Alagoas. Sua simplicidade, ousadia e dedicação foram exemplos em minha formação acadêmica e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela foça e coragem que me foi dada na realização deste trabalho.

Agradeço ao meu Orientador Kleber Costa da Silva, pela paciência, pela confiança e incentivos nessa jornada. Meus sinceros e mais verdadeiros agradecimentos!

À minha família pela confiança, pelos conselhos e incentivos, sobretudo, por sempre estarem ao meu lado.

À meus pais, Elizabete e Antônio. Aos meus irmãos, Flávio, Flávia e Flaviane.

À meu amigo Dinho pelas ajudas.

À minha namorada Aline Rodrigues, pela paciência e compreensão, pela ajuda nas aulas de campo e por estar sempre presente na minha vida. Te amo!

À todos os meus amigos por entender minha ausências no decorrer da realização do trabalho.

Agradeço a todos os entrevistados (moradores da comunidade, agentes de saúde e estudantes) e a escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra. Muito obrigado!

Agradeço de modo espacial à professora Adriana Almeida e ao padre José Aparecida da Silva, fico feliz em saber que posso contar com pessoas tão especiais como vocês.

Agradeço as minhas amigas Luciene Gomes e Nazaret dos Santos em nome delas estendo meus agradecimentos a todos os amigos do curso de espacialização em educação no semiárido. Foi muito bom estra junto com todos vocês esses anos.

Aos professores do curso de Espacialização em Educação no semiárido, muito obrigado.

Aos membros da banca Suana Medeiros Silva e Carla Taciane Figueiredo, pelas contribuições, muito obrigado.

Agradeço a todos os amigos e amigas que colaboraram com a realização desse trabalho.

Com sinceridade,

Muito obrigado!

“O homem nunca deve deixar de levar as coisas pela razão, para levar por opinião”.

José Pereira Lima – Mestre Dédéca (2018)

RESUMO

Este trabalho trata sobre narrativas e vivências de estudantes da comunidade rural Serra do Cavalo em Água Branca-AL, que estudam na escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra. O interesse em pesquisar a temática proposta surge a partir das nossas vivências na comunidade Serra do Cavalo e sobretudo, pela invisibilidade com que os estudantes de origem rural são tratados nas escolas da cidade. O estudo teve como objetivo geral interpretar narrativas de alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, residentes na comunidade Serra do Cavalo, município de Água Branca, Sertão de Alagoas, que revelem encontros e desencontros ligados a conteúdos da realidade local e aqueles experienciados pela formação em sala de aula. Nosso trabalho se torna relevante na medida em que, primeiro: oportuniza um aprofundamento teórico-conceitual em direção ao conhecimento da região semiárida brasileira, sobretudo, do semiárido alagoano; segundo: pelo aprofundamento da reflexão no que tange às relações urbano-rurais em pequenas cidades, debate caro na ciência geográfica; terceiro: pelo desenvolvimento de novos olhares sobre os estudantes de origem rural, incentivando as escolas localizadas tanto no rural, quanto no urbano, a reverem suas propostas pedagógicas, buscando maior aproximação entre os conteúdos abordados na escola e a vivência do estudante. Nosso trabalho foi construído em quatro etapas gerais, a saber: *a)* o contato com o legado teórico conceitual, principalmente amparado no conceito de rural e urbano conforme (ALMEIDA, 2011), (BAGLI, 2010), (ENDLICH, 2010), (MARQUES, 2002), (RESENDE, 2004), (RUA, 2005), (REIS, 2004) entendo o rural e o urbano como fenômenos sociais que são concretizados através do campo e da cidade e, no conceito de rurbanização de Gilberto Freyre (1982) que indica o encontro das dimensões urbana e rural na constituição da urbe em Água Branca, Sertão de Alagoas. Utilizamos ainda os seguintes autores: (SAVIANE, 2004), (DEMARTINI, 2011), (RIOS, 2011), (FERREIRA, 2011) e (TONET, 2008); *b)* identificação e caracterização da comunidade Serra do Cavalo e da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra através de visitas *in loco*; *c)* elaboração e aplicação de questionários e entrevistas com moradores mais antigos da comunidade, agentes comunitários de saúde, professores aposentados e os estudantes; *d)* análise dos dados coletados e redação final da monografia tendo como referência os objetivos propostos, bem como, as questões da pesquisa. Observamos que a realidade rural não é abordada no ambiente escolar, os estudantes de origem rural vivenciam o processo de formação escolar e não se reconhecem nos planos de ensino trabalhados em sala de aula. Concluímos que essa realidade só vai mudar quando as propostas de ensino contemplarem as duas realidades, a rural e a urbana, num sentido de uma educação rurbana.

Palavras chaves: Rural. Urbano. Narrativas. Estudantes.

ABSTRACT

This work deals with narratives and experiences of students from the rural community of Serra do Cavalo in Água Branca-AL, who study at the Monsenhor Sebastião Alves Bezerra State School. The interest in researching the proposed theme arises from our experiences in the Serra do Cavalo community and above all by the invisibility with which students of rural origin are treated in the city schools. The main objective of this study was to interpret the narratives of students from the 3rd year of the high school Monsenhor Sebastião Alves Bezerra State School, residents of the Serra do Cavalo community, in the city of Água Branca, Sertão de Alagoas, to reveal encounters and disagreements related to the contents of reality and those experienced by classroom training. Our work becomes relevant insofar as, first, it offers a theoretical-conceptual deepening towards the knowledge of the semi-arid region of Brazil, especially the semi-arid region of Alagoas; secondly, by the deepening of the reflection on urban-rural relations in small cities, an expensive debate on geographic science; third, by developing new perspectives on students of rural origin, encouraging schools located in both rural and urban areas to review their pedagogical proposals, seeking a closer approximation between the content addressed in the school and the student's experience. Our work was built on four general steps, namely: a) the contact with the theoretical conceptual legacy, mainly supported by the concept of rural and urban according to (ALMEIDA, 2011), (BAGLI, 2010), (ENDLICH, 2010), (MARQUES, 2002), (RESENDE, 2004), (RUA, 2005), (REIS, 2004) understand the rural and the urban as social phenomena that are concretized through the countryside and the city in the concept of rurbanization of Gilberto Freyre (1982) that indicates the meeting of urban and rural dimensions in the constitution of the city in Água Branca, Sertão de Alagoas. We also used the following authors: (SAVIANE, 2004), (DEMARTINI, 2011), (RIOS, 2011), (FERREIRA, 2011) and (TONET, 2008); b) identification and characterization of the Serra do Cavalo community and the Monsenhor Sebastião Alves Bezerra State School through on-site visits; c) preparation and application of questionnaires and interviews with older community residents, community health agents, retired teachers and students; d) analysis of the data collected and final essay of the monograph with reference to the proposed objectives, as well as the research questions. We observed that rural reality is not addressed in the school environment, students of rural origin experience the process of school formation and are not recognized in the teaching plans worked in the classroom. We conclude that this reality will only change when the teaching proposals contemplate the two realities, rural and urban, in a sense of a rural education.

Keywords: Rural. Urban. Narratives. Students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de formação administrativa de Água Branca-AL.....32
Figura 02: Mapa de localização de Água Branca-AL.....33
Figura 03: Imagem de satélite da área serrana de Água Branca-AL.....36
Foto 01: Visão panorâmica da cidade de Água Branca-AL.....37
Foto 02: Engenho de Abel Torres.....38
Foto 03: Engenho São Lourenço.....38
Foto 04: Engenho Antônio Barros.....38
Foto 05: Cidade de Água Branca-AL.....39
Foto 06: Mercado público de cereais em 1983.....40
Foto 07: Mercado público de cereais em 2014.....40
Foto 08: Moradora no pastoreio de ovelhas.....41
Foto 09: Oratório Santo Antônio.....42
Foto 10: Festa de Santo Antônio.....43
Foto11: Procissão com Santo Antônio nas ruas de Água Branca-AL.....43
Foto 12: Plantação de mandioca em Água Branca-AL.....45
Foto 13: Plantação de feijão e milho em Água Branca-AL.....45
Foto 14: Plantação de cana-de-açúcar em Água Branca-AL.....45
Foto 15: Criação de ovelhas.....45
Foto 16: Agricultores negociando farinha de mandioca na feita de cereais.....46
Foto 17: Agricultora colhendo milho com seu neto.....47
Foto 18: Mulheres na raspagem de mandioca.....47
Foto 19: Agricultor utilizando motocicleta como meio de transporte para a roça.....48
Foto 20: Agricultor utilizando motocicleta como meio de transporte para a roça.....48
Foto 21: Automóvel e cavalo em rua da cidade de Água Branca-AL.....51
Foto 22: Agricultor em frente à loja de produtos agrícolas na cidade de Água Branca.....51
Foto 23: Cultivo de hortaliças na cidade de Água Branca-AL.....51
Foto 24: Cultivo de milho na cidade na cidade de Água Branca-AL.....51
Foto 25: Cultivo de mandioca na cidade de Água Branca-AL.....52
Foto 26: Pomares circundando a cidade de Água Branca-AL.....52
Foto 27: Feira livre na cidade de Água Branca-AL.....53
Foto 28: Agricultor vendendo caldo de cana na feira de Água Branca.....53
Foto 29: Maria do Socorro de Jesus.....56

Foto 30: José Pereira Lima.....56
Foto 31: Maria Leonor de Melo.....57
Foto 32: José Pereira Lima.....57
Figura 33: Mapa de localização da Serra do Cavalo.....59
Foto 34: Comunidade Serra do Cavalo.....61
Foto 35: Maria José da Conceição.....61
Foto 36: Nascente da fonte do cavalo.....61
Foto 37: Mapa de uso e ocupação do solo da comunidade Serra do Cavalo.....63
Foto 38: Roça de feijão na comunidade Serra do Cavalo.....65
Foto 39: Roça de mandioca na comunidade Serra do Cavalo.....65
Foto 40 e 41: Agricultores batendo feijão.....66
Foto 42: Casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo.....67
Foto 43: Raspagem de mandioca.....68
Foto 44: Produtos advindos da mandioca.....68
Foto 45: Procissão com santo realizada na comunidade Serra do Cavalo.....70
Fotos 64 e 47: Entrevista com estudantes.....74
Foto 48: Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra.....79
Foto 49: D20 no transporte de estudantes.....86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

2. O RURAL E O URBANO EM DIFERENTES INTERPRETAÇÕES 16

2.1. ENTRE O RURAL E O URBANO: O RURBANO 20

2.2. RURAL E O URBANO: UM DEBATE ATUAL 22

2.3. FORMAÇÃO ESCOLAR RURAL E URBANA: BREVES APONTAMENTOS 27

3. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO 31

3.1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ÁGUA BRANCA-AL 31

3.2. LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DE ÁGUA BRANCA-AL 33

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO EM ÁGUA BRANCA-AL 36

3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RURAL EM ÁGUA BRANCA-AL 43

3.5. O ESPAÇO RURBANO EM ÁGUA BRANCA-AL 49

3.6. A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO - ÁGUA BRANCA/AL 54

3.6.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS 56

3.6.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA 58

3.6.3. AS RELAÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS (SOCIOECONÔMICAS) QUE DEFINEM A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA-AL ... 63

4. NARRATIVAS DE ESTUDANTES RURAIS NUMA ESCOLA URBANA 72

4.1. OS ESTUDANTES EM SEU COTIDIANO 74

4.2. A ESCOLA DA CIDADE: BREVES APONTAMENTOS 77

4.3. VIVÊNCIA RURAL, ESCOLA URBANA 81

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 88

6. REFERÊNCIAS 91

7. APÊNDICE 97

8. ANEXOS 98

1. INTRODUÇÃO

O debate acadêmico/científico tem avançado para além das considerações tradicionais sobre as realidades urbanas e rurais. Supera-se a dicotomia e se percorrem os caminhos do reencontro do urbano com o rural na conformação de uma totalidade sócio-espacial que é, de todo modo, regional. Nesse contexto, considerar o rural como "lugar atrasado", "rústico", "do homem matuto" é um grande equívoco. Pois, o período denominado de técnico-científico-informacional provoca dinâmicas tanto no urbano, quanto no rural, tornando-os cada vez mais interligados, seja nos aspectos econômicos, sociais e culturais.

No tocante à educação formal ofertada nos espaços rurais compreendemos que as mudanças foram poucas. Muitas escolas ainda têm propostas pedagógicas centradas num padrão curricular urbano, ofertando aos filhos de agricultores uma educação descontextualizada. As escolas ainda funcionam com salas multisseriadas, onde são ofertados o pré-escolar I e II da educação infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Após esse período, as crianças (estudantes) passam a frequentar as escolas da cidade, e lá estudam até as séries finais do ensino médio. A infraestrutura é muito precarizada e muitas escolas não proporciona o mínimo de conforto aos estudantes. As carências encontradas são as mais diversas possíveis a exemplo da falta de material didático-pedagógico, professores qualificados, carteiras, mesas, entre outros. Nesse contexto, concordamos com Martins (2006 apud TAVARES, 2009) quando escreve que essa educação descontextualizada da realidade cotidiana só vem a atender aos interesses da classe dominante, sobretudo, no sentido de manter o atual estado das coisas.

O que nos inquieta é justamente esse deslocamento precoce de crianças de espaços rurais para escolas da cidade, expondo as crianças a lógica homogeneizadora de "identidade" ou do "modo de vida" imposto nas escolas, sobretudo, nas escolas urbanas. Citemos, como exemplo, minha experiência: aos 12 anos de idade deixei a escola localizada na comunidade Serra do Cavalo e fui estudar na escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, em Água Branca. Ao chegar na escola me deparei com uma realidade totalmente diferente da realidade vivenciada na escola da comunidade. A angústia que senti nos primeiros meses de vivência na escola urbana, ainda hoje é sentida por muitos estudantes de origem rural. Alguns, na maioria das vezes acabam negando sua identidade rural diante do padrão urbano que é imposto nas escolas da cidade.

Assim, lançamos nosso olhar sobre o Sertão de Alagoas, mais especificamente à comunidade rural Serra do Cavalo, localizada na área rural do munícipio de Água Branca,

buscando compreender as narrativas e vivências dos estudantes que moram nessa comunidade, mas estudam em escolas localizadas no espaço urbano.

Nesse sentido, pode-se afirmar que este trabalho se torna relevante na medida em que oportuniza um aprofundamento teórico-conceitual em direção ao conhecimento do semiárido alagoano. Nasce também como estímulo ao aprofundamento da reflexão no que tange às relações urbano-rurais em pequenas cidades, debate caro às ciências geográficas.

Acreditamos que esse trabalho pode contribuir com o desenvolvimento de novos olhares sobre os estudantes de origem rural, incentivando as escolas localizadas tanto no rural, quanto no urbano, a reverem suas propostas pedagógicas, buscando maior aproximação entre os conteúdos abordados na escola e a vivência do estudante. Consideramos ainda que as reflexões aqui apresentadas podem contribuir com a formação de sujeitos mais participativos e que se reconheçam como agentes de transformação social em suas comunidades, buscando, notadamente, a permanência local, evitando o êxodo rural para os centros urbano.

Nosso objetivo geral foi interpretar narrativas de alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, residentes na comunidade Serra do Cavalo, município de Água Branca, Sertão de Alagoas, que revelem encontros e desencontros ligados a conteúdos da realidade local e aqueles experienciados pela formação em sala de aula.

Traçamos como objetivos específicos: aprofundar o debate rural e urbano rumo à definição de experiências rurbanas de ensino, especialmente à luz da Geografia; contextualizar a situação geográfica dos territórios relativos às realidades rural e urbana em Água Branca, sobretudo no que diz respeito aos alunos e à comunidade Serra do Cavalo; apreciar criticamente os planos de ensino e as experiências pedagógicas da escola e dos docentes envolvidos; registro de narrativas, através de entrevistas e questionários, e sua respectiva interpretação crítica, centradas na apreciação de impressões de alunos do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra.

A metodologia da investigação foi calcada nos estudos e reflexões de cunho qualitativo, entendendo como "obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo" (GODOY, 1995, p. 58). Ainda segundo Godoy (1995, p. 61) "do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no papel do outro, vendo o mundo pela visão dos pesquisados". Portanto, acreditamos que o

contato direto do pesquisador com a situação estudada é uma maneira de compreendermos a pesquisa segundo a perspectiva dos sujeitos.

Quanto aos objetivos, fomos norteados pela pesquisa de natureza exploratória. Esta foi pensada num sentido de estarmos "nos familiarizando com o problema, com vista a torná-lo mais explícito" (GIL, 2002, p. 42). O delineamento adotado foi um estudo de caso, focando nos estudantes da comunidade Serra do Cavalo e a Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra.

Para alcançarmos os objetivos propostos nesse trabalho realizamos os seguintes procedimentos técnicos, a saber: *a)* levantamento da bibliografia local, regional e nacional a respeito do tema proposto, buscando maior clareza e aprofundamento das questões em pauta. As obras e pesquisas consultadas foram fundamentais para traçarmos um caminho mais conciso e coerente com a realidade pesquisada; *b)* identificação e caracterização da comunidade Serra do Cavalo e da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra através de diversas visitas in loco, realizamos o mapeamento do uso e ocupação do solo na comunidade, visitas a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo e a Prefeitura Municipal de Água Branca. Consultamos sites especializados, a exemplo, Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, etc. e registros fotográficos; *c)* elaboração e aplicação de questionários e entrevistas com moradores mais antigos da comunidade, com os agentes comunitários de saúde, professores aposentados e os estudantes; *d)* análise dos dados coletados e redação final da monografia tendo como referência os objetivos propostos.

Para maior compreensão dessa investigação, estruturamos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o aporte teórico-conceitual necessário para compreensão do rural, urbano e rurbano e a formação escolar rural e urbana, categorias centrais em nossa proposta e que foram essenciais para compreensão da nossa realidade empírica. No segundo capítulo, trazemos a caraterização geográfica e a formação histórica do município de Água Branca-AL e da comunidade Serra do Cavalo. No terceiro e último capítulo apresentamos as vivências dos estudantes da comunidade Serra do Cavalo, a caraterização geral da escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra e as narrativas dos estudantes que moram na comunidade e estudam na escola da cidade.

2. O RURAL E O URBANO EM DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

Ao escolhermos desenvolver nossa pesquisa junto a alunos de origem rural, percebemos a necessidade de, antes de tudo, especificar o que compreendemos por rural e urbano, sobretudo pelo leque de acepções que colecionaram nas ciências humanas. Para Abramovay (2000) a ausência de critérios universais para definir o rural e urbano corrobora a diversidade de definições. Desse modo, iremos refletir sobre três abordagens centrais no entendimento do rural e do urbano. Na primeira abordagem temos as contribuições do *senso comum*; na segunda das *instituições oficias de governo* e na última as reflexões de cunho *acadêmico-científico*.

O rural no *senso comum* é fundado num processo ideológico de negação. As imagens e narrativas construídas ao longo da história versam sobre espaços dicotômicos. O rural (campo) caracterizado como sinônimo de atraso cultural, econômico e social, o lugar do homem rústico e ignorante. Enquanto o urbano (cidade) tornou-se o lugar das realizações, do novo, das tecnologias, do saber. Segundo Blume (2004, p. 17) "é dessa forma que surgem as imagens pejorativas, como as do "jeca-tatu" e de tantos outros personagens difundidos pela mídia, que remontam, no seu modo de agir, situações geralmente jocosas que procuram expô-los como atrasados" [...]. Essa dualidade é muito presente no cotidiano dos sujeitos de origens rurais. A frase "*estude muito para conseguir um bom emprego na cidade e ser alguém na vida"* soa muito familiar, isso advém das acepções pejorativas historicamente construídas sobre os espaços rurais. Nesse sentido, concordamos com Bagli (2010) quando aponta essa dicotomia rural-urbano como preconceituosa e injusta.

Em termos oficiais, no Brasil, o Decreto Lei n. 311, de 1939 (Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências) é oficialmente o instrumento que delimita o rural e o urbano. O decreto considera urbano toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), e rural aquelas áreas fora do perímetro urbano. Nota-se que esse critério assume uma função meramente administrativa e pode ser influenciado por interesse fiscais. Pois, para fins de arrecadação, os municípios podem aumentar ou diminuir a abrangência do perímetro urbano, considerando áreas rurais como urbanas ou áreas urbanas como rurais.

De acordo com o IBGE (2017) essa definição é muito insuficiente, pois podem enquadrar domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do seu entorno. Veiga (2002, p. 57) critica veementemente essa definição, afirmando que essa classificação é uma aberração, assim "[...] do ponto de vista territorial coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo." Já que os perímetros urbanos em muitos municípios podem

estar englobando áreas essencialmente rurais, deixando impreciso os dados sobre o grau de urbanização do território.

No meio acadêmico, os vocábulos *rural* e *urbano* são abordados por diferentes disciplinas. Cada uma a seu modo desenvolve estudos e interpretações sobre essas realidades. Na Sociologia, por exemplo, o rural e o urbano são abordados como *modos de vida*; na Economia, por meio dos processos produtivos, o *rural agrícola* e o urbano a partir da organização e distribuição das atividades econômicas e humanas na cidade, na Geografia, compreendidos a partir do *espaço* e suas representações na *paisagem*. Dessa forma, analisar o rural e o urbano no meio acadêmico é tarefa extremante desafiadora. Portanto, à luz da geografia, busquemos a compressão dessas realidades.

No artigo "Perspectivas sobre o urbano e o rural", Endlich (2010) discute a importância do debate rural-urbano para os estudos de pequenas cidades. Segundo a autora são nas cidades de pequeno porte que os limites se tornam mais intensos, por isso, campo de profícuo debate. Assim, expõe alguns critérios que são utilizados no tratamento e caracterização desses espaços: *delimitação administrativa*; *patamar populacional*; *densidade demográfica*; *ocupação econômica da população*.

A delimitação administrativa ou político-administrativa é uma das maneiras mais comuns para se caracterizar o rural e o urbano. Países como Reino Unido, África do Sul, Tunísia e Brasil utilizam esse critério para classificar seus territórios. No caso do Brasil, o Decreto Lei n. 311 é utilizado para essa definição, entretanto, para muitos teóricos a exemplo de Marques (2002), Veiga (2002), IBGE (2017), esse critério na maioria das vezes não condiz com a realidade territorial do país.

O rural e o urbano também são classificados pelo tamanho populacional. Nesse processo o urbano é caracterizado pela concentração do maior número de pessoas e o rural pela dispersão da população. Para Endlich (2010, p. 15) "o uso isolado desse critério expressa uma compreensão de urbano como mera aglomeração de pessoas", esse critério, por si só, é uma forma grosseira na compreensão do urbano ou rural. Podemos citar os grandes aglomerados populacionais que se concentram nos campos de refugiados, a exemplo, o campo de Dadaab localizado no Quênia, considerado segundo a Organização das Nações Unidas – ONU o maior aglomerado populacional de refugiados do mundo, com cerca de 402,361 habitantes. Nesse espaço a miséria e falta de infraestrutura básica são visíveis, as pessoas vivem em condições sub-humanas. Logo, concentração populacional não se vincula diretamente às caraterísticas urbanas.

A densidade demográfica também é utilizada na definição do rural e do urbano. Esse critério considera o número de pessoas por quilômetro quadrado no território. Um dos problemas encontrados no uso desse critério refere-se à maneira desigual de distribuição da população na cidade. Espaços com vida urbana mais intensa, por exemplo, o centro da cidade, as áreas industriais e comerciais apresentam baixa densidade de populações. Assim, a densidade por si só não pode caracterizar o que é cidade. E segundo Endlich (2010, p. 16) dificilmente seriam classificados como urbanas em qualquer parte se a densidade fosse interpretada literalmente como símbolo da urbanidade.

A ocupação econômica da população é outra forma de classificar esses espaços. O rural vai ser associado sempre a atividades primárias, especialmente as ligadas à agropecuária, já no urbano o trabalho vai ser associado às atividades dos setores secundários (indústrias de base) e terciários (bens e serviços). O problema desse critério é decorrente das transformações que o campo tem vivenciado nos últimos anos, pois conforme Alentejano (2000), Silva (1997) cada vez mais atividades apontadas como urbanas estão sendo desenvolvidas no campo, assim, o mesmo não se limita mais às atividades do setor primário.

Bernardelli (2010), em suas proposições sobre conceitos de cidade, urbano, rural, argumenta que não é possível chegar a uma definição única e precisa. Assim, para além dos critérios apontados por Endlich (2010), o autor contribui com mais dois aspectos no processo de delimitação do rural e urbano.

O primeiro é o aspecto morfológico, pautado na expressão material do espaço, são "as edificações, a forma de parcelamento do solo; a estruturação dos usos do solo, as vias de transportes, os espaços públicos e privados" (BERNARDELLI, 2010, p. 35), ou seja, as formas que dão vida a estrutura da cidade. O segundo é o modo de vida dos habitantes. Para o autor, esse processo está assentado intrinsecamente na divisão social do trabalho. Assim, nos meios rurais, as pessoas têm seu trabalho com predomínio na agricultura, na pecuária, na silvicultura e outras atividades ligadas à exploração de alguns dos recursos naturais. Nos meios urbanos, pelo contrário, as atividades desenvolvidas predominantes são: o comércio, os serviços e a indústria.

Endlich (2010) influenciada pelo francês Henri Lefebvre apresenta o rural e o urbano como modos de vida. O rural designando "uma condição de vida pretérita, que vem sendo superada materialmente e culturalmente", o urbano, por outro lado, representando "uma condição de vida mais possível de superar a precariedade" (ENDLICH, 2010). O rural e o urbano vão além da base territorial e da materialidade, eles englobam os aspectos culturais, os

costumes e os hábitos. Nesse sentido, a definição conceitual desses espaços não deve restringir-se apenas aos critérios oficiais ou tão somente aos aspectos físicos, mas, deve ter como base a combinação de outros fatores, por exemplo, a cultura, o modo de vida, as relações econômicas desenvolvidas, etc. Portanto, a questão de o Brasil ser urbano ou não é mais ampla do que apontam os dados demográficos, sendo necessário considerar e analisar o conjunto de elementos presentes no espaço.

Williams (2011), ao refletir sobre campo e cidade, apresenta a cidade como uma forma de realização da sociedade humana. Enquanto o campo foi associado a "uma forma natural de vida de paz, inocência e virtudes simples." A cidade passou a ser outra forma de civilização, associada ao trabalho intelectual (organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração do conhecimento). As colocações de Williams (2011) nos instigam a pensar o campo e cidade para além dos aspectos tangíveis. Campo e cidade como espaços marginais, de contraste econômicos, sociais e culturais, onde um espaço é sobreposto ao outro. De acordo com Marques (2002) o sistema capitalista é o agente mais eficiente e poderoso de exploração da natureza e também das transformações nas relações entre cidade e campo. Por isso, a cidade é comumente vista como representação do capitalismo, sendo a mesma, resultante dos diversos artifícios desenvolvidos pelo sistema. Nesse sentido, podemos considerar que a acentuada oposição entre campo e cidade como algo intencional, necessário à reprodução desse sistema.

Maia e Ferreira (2010) consideram o rural e o rurbano como categorias auxiliares do conhecimento geográfico. Definiram o campo e a cidade como "formas concretas, materializadas e compostas de paisagens produzidas pelo homem; urbano e rural como representações sociais". Dessa forma, o entendimento do que seja campo, cidade, rural, urbano, vai estar associado às práticas que cada agente desenvolve no espaço.

Bagli (2006) e Biazzo (2008) também utilizaram a espacialidade para definir esses conceitos. Desse modo, "o rural e o urbano são os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus respectivos espaços: o campo e cidade. Estes, por sua vez, na condição de espaço rural e espaço urbano" (BAGLI, 2006, 62). O conteúdo que diferencia esses espaços é o conjunto de valores, crenças, práticas, comportamentos e hábitos, ou seja, as relações que cada indivíduo tem com o ambiente.

Nessa perspectiva, queremos destacar que as definições tradicionais de rural e urbano que emergem somente dos aspectos visíveis, expressos na paisagem, ou, sobre as funções que desempenham, sempre buscando um olhar dicotômico devem ser superadas. Portanto, concordamos com Alentejano (2000) e Carneiro (1998), quando trabalham esses conceitos a

partir da *pluriatividade*, pois o rural não pode ser pensado sob a perspectiva do agrícola e o urbano do número populacional. Devemos compreender o rural para "[...] além do campo e o urbano para além da cidade, pois campo e cidade são partes integrantes do todo, mesmo que as vezes, o campo não seja tão rural e a cidade tão urbana, eles não se opõem, excluindo-se mutuamente, ao contrário, se complementam, justamente pelas diferenças" (JACINTO *et al* 2012, p. 189).

Pensar o campo e a cidade na atualidade é concebê-los como espaços permeados por múltiplas relações. O campo não deve ser concebido somente pelas relações de produções de atividades agrícolas, e a cidade como opostas a essas atividades. No campo e na cidade estão imbuídos os aspectos econômicos, sociais e culturais, num processo de construção mútua entre o homem/mulheres e a natureza.

2.1. ENTRE O RURAL E O URBANO: O RURBANO

Os estudos tradicionais sobre as temáticas rural e urbano remetem esses conceitos à dicotomia tradicional-moderno. "O rural é definido como um espaço associado às atividades que mantêm relações com a natureza [...]. O urbano, ao contrário, caracteriza-se por uma complexa organização, tendo na concentração populacional sua principal marca" (SILVA, 2011, p. 05). Essa abordagem é conhecida como dicotômica, pois considera campo em oposição à cidade. Em contraposição surge a perspectiva de *continnum* rural-urbano. Nessa abordagem defende-se que o processo de urbanização afeta profundamente a sociedade e que essas mudanças também são desenvolvidas no rural, aproximando-o cada vez mais do urbano.

De acordo com Blume (2004) e Miranda (2008) as primeiras reflexões sistematizadas sobre o rural e o urbano até meados da década de 1950 assumiam um caráter de oposição fundada principalmente nos processos econômicos de cada espaço. Ao rural coube "preferencialmente, a produção agropecuária, sendo que todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas à essa atividade econômica" (REIS, 2006, p. 04). E, quanto ao urbano, este estaria vinculado à produção industrial.

Desse modo, os estudos na perspectiva dicotômica se preocupavam em evidenciar as diferenças entre esses espaços. Não havia a preocupação em identificar e analisar possíveis relações de influências. Para Hespanhol (2013, p. 106) essa "abordagem vincula-se a uma visão marcadamente setorial, considerando que o campo está restrito à produção agropecuária e a cidade se volta à produção industrial". Reis (2006) também discorda dessa abordagem, segundo o autor a dinâmica social decorrentes dos processos de globalização e urbanização não

permitem que essas realidades sejam tratadas pelo viés dicotômico, e sim, como realidades que possuem intensas relações.

Miranda (2009) também aponta que a intensificação do processo de industrialização, bem como da urbanização, passaram a configurar processos mais complexos de organização da sociedade. Essa dinâmica avança sobre as áreas rurais e num processo de transformação o campo passa a incorporar traços do urbano. Nesse sentido, supera-se a visão puramente dicotômica e se passa para uma compreensão de complementariedade, surge assim, as abordagens de continuum rural-urbano.

De acordo com Marques (2002) as ideias de Sorokin e Zimmermann (1986) foram precursoras nas análises dessa nova dinâmica entre rural e o urbano. Nessa perspectiva, defende-se uma maior integração entre cidade e campo. O campo passa a ser permeado por relações de urbanidades e tende aos poucos se tornar uma continuação desse urbano. Apesar de aproximar o campo e a cidade, o rural e o urbano, a vertente continuum também se apoia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação, e conforme Marques (2002, p.101), "na medida que o rural e o urbano são tratados como pólos de um contínuo, está, de certa forma, subentendida uma diferença entre eles." É preciso salientar que as abordagens expostas, 'dicotômica e *continuum*', apresentam em essência um processo dual, realidades que se opõem. Na dicotômica como pólos extremos, no *continuum* como pólos de sobreposição, ou seja, a dissolução de um (campo) sobre o outro (cidade).

Reis (2006) denuncia que essa abordagem não se aplica à diversas regiões do mundo. Isso ocorre devido ao desenvolvimento da agricultura ser desigual em diversos países. Dessa forma, "vale destacar que seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano" (REIS, 2006, p. 06), a diversidade social, econômica e cultural das diferentes partes do mundo não permite que existam critérios únicos para caracterizar o rural e o urbano. A distintas acepções que existem sobre esses espaços advém dos diferentes rurais e urbanos que existem.

Desse modo, tentando superar essa dicotomia entre cidade e campo, rural e urbano, Gilberto Freyre (1982) propôs uma terceira via de análise denominada de rurbanização. Inicialmente, esse termo foi desenvolvido por Charles Galpin (1986) para designar a situação intermediária entre o rural e o urbano, um hibridismo.

Para Miranda (2009, p. 28) "a rurbanização antecipa e amplia a ideia de continuum rural-urbano". Desse modo, a rurbanização tende a propor uma reciprocidade harmônica entre as duas formas, a rural e a urbana. Buscando sempre um desenvolvimento social e econômico

combinado, com integração entre os valores e estilos de vida rurais e os valores e estilos de vida urbanos. Miranda (2009) destaca a importância das abordagens de Freyre, sobretudo na atualidade, "[...] em que a necessidade de articular o planejamento urbano com o rural é uma diretriz do Estatuto da Cidade."

Diante do exposto, e levando em consideração nossa realidade de pesquisa, compreendemos o rural e o urbano como fenômenos sociais, ou seja, "construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas" (BIAZZO, 2008, p. 145) que se manifestam concretamente através do campo e da cidade, "a partir de hábitos e costumes". Partimos também da concepção de rurbano (FREYRE, 1982), espaços permeados por intrínsecas relações rural-urbano. Não queremos propor o fim do rural e nem do urbano, e nem afirmar que esses espaços perderam suas identidades, e sim, propor um terceiro olhar, um olhar de integração, de vivências combinadas, a rurbana.

2.2. RURAL E O URBANO: UM DEBATE ATUAL

As reflexões sobre os conceitos de rural, urbano, campo, cidade não são recentes. Especialistas de diversas áreas, sobretudo das ciências humanas, debatem sobre essas realidades. Dois paradigmas tonaram-se centrais nessas abordagens. O primeiro fundava suas interpretações na dualidade, colocando o 'urbano' sempre em oposição ao 'rural', a dicotomia rural-urbano. O segundo, propunha uma abordagem a partir de continuidades, o rural sendo uma continuação do urbano, o *continuum* rural-urbano.

De acordo com Silva (2011), a rápida integração de mercados, a circulação acelerada de mercadorias em diversas partes do mundo, provocam, desde o século XX, uma redução expressiva do tempo-espaço, fenômeno caracterizado como globalização. A globalização é responsável por mudanças significativas no contexto social, atingindo os âmbitos econômico, social, tecnológico e cultural. De acordo com Silva (2011, p. 05):

> As cidades assumiram papel ímpar como lócus da acumulação, pólos de produção e difusão tecnológica e centros reguladores de preços, de bolsas de valores e de grandes transações comerciais. Para atender à demanda ampliada, muitas cidades se refuncionalizaram e se requalificaram. Essa reorganização da urbanização mundial inserida na sociedade de redes provocou uma releitura do papel histórico da cidade e suas relações com o campo.

As proposições de Silva (2011) apontam campo e cidade a partir de pólos dicotômicos, a cidade enquanto lugar de concentração e expansão de elementos da globalização, enquanto o

campo é mero receptor desses elementos e é influênciado significativamente pela dinâmica do urbano.

Biazzo (2008) em contraposição destaca que a nova dinâmica vivenciada no campo e na cidade a partir dos anos de 1980, nos quadros de uma 3º Revolução Industrial, aponta uma variação dos termos de troca entre o campo e a cidade, na medida em que ocorre um deslocamento espacial dos centros de desenvolvimento. Essa descentralização das indústrias, dos comércios e serviços provoca uma nova dinâmica no campo brasileiro, aproximando-o ainda mais da cidade. Nessa lógica, o monopólio exercido pela cidade começa a ser superado, a descentralização do aspecto econômico transforma a dinâmica espacial, aproximando ainda mais campo e cidade.

Nesse cenário, surgem duas vertentes de análises sobre o campo e a cidade. Na primeira, defende-se que o rural tenderia a desaparecer diante do processo de urbanização do campo. No segundo, defende-se uma perspectiva de urbanização no rural, assim, sempre vai existir "especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano" (RUA, 2005).

Milton Santos, defensor da vertente "urbanização do rural", propõe em suas análises que a clássica divisão do território em rural e urbano seja substituída. Sugere a separação entre dois grandes subtipos: "espaços agrícolas e espaços urbanos" (SANTOS, 2008, p. 73). O autor considera cidade e campo como formas de espaço e rural e urbano como os conteúdos que especificam as formas. Santos (2008) em sua obra "A Urbanização Brasileira" não se propôs a discutir as categorias rural e urbano, e sim, discutir sobre a reorganização do território brasileiro a partir dos elementos de estruturação do espaço geográfico, desse modo, as proposições apresentadas pelo autor têm um caráter geral e não leva em consideração as singularidades do território brasileiro.

Nessa mesma vertente, temos as contribuições de Ianni (1996 apud Reis, 2005, p. 49) quando afirma que não existem mais fronteiras entre campo e cidade, "a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural." Ianni também considera uma expansão completa da urbanização no campo, porém o processo vai mais além dos aspectos concretos, atingindo e transformando a própria identidade da população rural.

Quanto ao segundo grupo, aqueles que defendem urbanização no rural, queremos destacar as contribuições de José Graziano da Silva (1997), Ricardo Abramovay (2000), Maria José Carneiro (1998), Paulo Roberto Raposo Alentejano (2000), Marta Inez Medeiros Marques (2002). Para esses autores a nova dinâmica do campo e da cidade resultante da urbanização não

tende a confirmar o fim do rural e do agrário, e sim, complementar através de ruralidades e urbanidades os diferentes elementos existentes nesse espaço. Vale ressaltar também que não existe uma única via de análise nessa abordagem, consequentemente vamos nos deparar com pontos de confluência e também de divergência.

Ao analisarmos as diferentes abordagens desses pesquisadores, chegamos a dois entendimentos centrais. O primeiro é a busca da superação do paradigma dicotômico, pois em todas as análises as categorias rural e urbano, campo e cidade foram abordadas através da perspectiva do *continuum* rural-urbano. A segunda é a superação do processo de organização das atividades econômicas, pois as cidades não podem mais ser identificadas apenas como lugar das atividades industriais, e nem os campos com lugar da agricultura e da pecuária, cada vez mais atividades não-agrícolas são desenvolvidas no rural e atividades não-urbanas, são desenvolvidas no urbano, por exemplo, cultivo de hortas, criação de pequenos animais, plantio de leguminosas, etc.

Graziano da Silva (1997) foi precursor nas abordagens centradas na nova dinâmica do rural brasileiro. O autor destaca que cada vez mais o espaço rural passa por transformações, seja nos processos de modernização agrícola, ou no avanço das novas atividades desenvolvidas no seu interior. Portanto, "já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente pelo agrário" (SILVA, 1997, p. 24). O autor constata que cada vez mais o campo brasileiro está se urbanizando, vivenciando um processo generalizado de homogeneização. Para Rua (2005) e Carneiro (2008) essa afirmação é um exagero, pois:

> Ainda que os efeitos da expansão da "racionalidade urbana" sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998, p. 54).

Compreende-se que, segundo a autora, não devemos negar uma aproximação entre o campo e a cidade, sejam em aspectos econômicos, sociais ou culturais. No entanto, essa aproximação não deve ser considerada como modificadora das relações de identidades dos habitantes locais. Ao invés de pensar em urbanização do campo, vamos pensar sobre as novas ruralidades no campo. Ruralidades como "processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas" (CARNEIRO, 1998, p. 61) decorrentes de novas relações cidade/campo. A ruralidade não é

mais definida em oposição à urbanidade. Pelo contrário, a revalorização da natureza cria uma urbanidade contemporânea que revaloriza a vida no campo (CANDIOTTO, 2008).

Segundo Abramovay (2000, p. 02) "há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam associadas automaticamente ao atraso, à carência de serviços e à falta de cidadania". O autor faz críticas severas à definição que leva em conta o critério político-administrativo em detrimento de outros aspectos (cultural, simbólico, natural). Afirmando que, sob esse critério, o rural sempre será descrito como residual, ou seja, um espaço que não dispõem de toda a infraestrutura e serviços básicos que existem no urbano.

Outro equívoco, apontado pelo autor, é a maneira distorcida de considerar o processo de urbanização no campo. Em linhas gerais temos o seguinte raciocínio segundo Abromavay (2000), enquanto o rural não dispor de elementos (estruturais) ou serviços básicos de origem urbana ele será considerado como rural. Porém, a partir do momento que os elementos característicos do urbano começam a ser incorporados pelo rural, ele começa a se urbanizar, tornando-se espaço urbano. Na maioria das vezes são elementos básicos como: água, luz, rede de esgoto, pavimentação de vias, etc. Abramovay (2000) prefere adjetivar essa nova dinâmica do espaço rural como ruralidades. Por fim, o autor destaca que o rural só pode ser compreendido em relação com a cidade. "O rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades" (ABRAMOVAY, 2000, p. 02).

Alentejano (2000) também contribuiu para compreensão da nova dinâmica do campo brasileiro. As reflexões do autor fundamentam-se no sentido de derrubar o mito do desaparecimento do rural. A princípio o autor buscou desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre o rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de moderno, industrial e artificial. Para Alentejano (2000) o processo de difusão de tecnologias, as novas relações de trabalho e de produção baseadas na racionalidade técnica foram vivenciadas mais efetivamente em outros locais (rural) do que na própria cidade; outro aspecto descrito pelo autor se refere ao domínio da "técnica e da artificialidade" apontando que o rural está cada vez mais transformado e produzido por homens; por fim, destaca que a indústria não é e nunca foi um fenômeno tipicamente urbano.

A partir dos aspectos acima expostos, não se deve considerar uma oposição ente campo e cidade e nem tampouco o fim do rural diante das mudanças impressas pelo período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009), e sim, uma crescente aproximação entre campo e cidade. Destarte, não se trata de eliminação pura e simples do rural e suas transmutações em

urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo rural surge do choque entre ambos (ALENTEJANO, 2000).

Alentejano (2000) aponta indicadores importantes no processo de constituição de um novo rural, destaca valorização da agricultura familiar, o avanço da pluriatividade, novas práticas de produção e a constituição de um setor reformado, esse seria o resultado da nova dinâmica do rural no país.

As reflexões de Marques (2002) também destacam as mudanças que o espaço rural vem passando, sobretudo nas funções e conteúdo. A autora atenta para a forma desigual pela qual tem ocorrido o desenvolvimento do campo brasileiro, denunciando que:

> O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes (MARQUES, 2002, p. 96).

Segundo a autora, as lutas sociais intensificam-se no processo de desenvolvimento do campo brasileiro. Busca-se, sobretudo, um lugar onde os diversos seguimentos sociais, notadamente os agricultores, tenham oportunidades para produzir e permanecer no espaço rural. Busca-se também, mais descentralização no acesso à terra, a crédito e as novas tecnologias, em muitos casos acessíveis apenas aos grandes proprietários.

A autora também destaca que a superação da desigualdade deve acontecer tanto no campo, quanto na cidade, pois conforme Marques (2002, p. 110) “grande parte de nossas classes subalternas não alcança a plena cidadania. Elas vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o urbano a procura de melhores condições de vida”. Entende-se, porém, que a construção de uma vida digna no campo, que assegure o acesso à cidadania para toda a população rural deve iniciar pela superação dessa dicotomia.

As reflexões aqui apresentadas são fundamentais na compreensão das relações entre rural, urbano, campo, cidade. Segundo Rua (2005), essas análises são importantes, porque nos permitem compreender melhor a dinâmica e a complexidade da sociedade brasileira e de suas representações espaciais, complexidade esta razoável, haja vista as dimensões continentais do nosso território.

2.3. FORMAÇÃO ESCOLAR RURAL E URBANA: BREVES APONTAMENTOS

O Brasil foi durante séculos um país agrário. Todavia, conforme Santos (2008) a partir do século XVIII aparecem os primeiros sinais da urbanização no Brasil, "a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho" (SANTOS, 2008, p.19). No entanto, foi necessário ainda mais tempo para que esse processo atingisse o grau de maturidade e dinâmica dos modelos europeu. Todavia, somente no final do século XIX e início do XX com a intensificação da industrialização e da urbanização a sociedade de base agrária transforma-se em uma sociedade urbano-industrial (ALMEIDA, 2007).

Essas transformações provocaram mudanças significativa no território brasileiro. A cidade passou a ser vista como símbolo da "modernidade", reunindo tecnologia, informação, nova divisão do trabalho, apontada como o *locus* das realizações sociais. O rural, ao contrário, foi apontado como "tradicional", um lugar residual, atrasado, desprovido das urbanidades encontradas nas cidades. No dizer de Oliveira Viana (1956 *apud* Santos, 2008, p. 19) "o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social".

As cidades brasileiras no contexto da industrialização mudam seu conteúdo, para Santos (2008, p. 56):

> Antes eram cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primaria, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar a cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista de adubos, o responsável pelo comercio especializado.

O autor apresenta as mudanças decorrentes da substituição de uma sociedade de padrões agrários, para uma sociedade de padrões urbanos. Essa transformação também ocasiona mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais. Assim sendo, a cidade passa a ser responsável pela produção de trabalho intelectual. "O fato de ter-se tornado mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos nesse período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas" (SANTOS, 2008, p. 53-54). O advento da industrialização fez com que a escola da cidade desempenhasse um papel de extrema importância no desenvolvimento desse processo. A escola, nesse contexto surge diante das demandas do modo capitalista de produção. A formação "deveriam preparara os alunos param interagirem e se adaptarem as condições exigidas pela ordem urbano-industrial que tentava se afirmar no país" (Almeida, 2007, p. 87). Portanto, os alunos eram preparados para trabalhar nas industrias, fábricas, comercio, etc.

A formação escolar rural, por sua vez, só começou a ser pensada a partir dos anos 30 do século XX, conforme Rangel e do Carmo (2011). Até então, o discurso vigente afirmava que o homem do campo não precisava de uma formação qualificada como o homem da cidade. Ao camponês restou o trabalho braçal, ao homem urbano, o intelectual. Entretanto, a intensificação e expansão da industrialização brasileira faz surgir no campo uma nova dinâmica produtiva (MAMIGONIAN, 2000). A urgência em qualificar mão de obra barata incentivou o surgimento das primeiras propostas de educação rural. Nesse período, foi "vista como instrumento capaz de aproximar a modernização, de formar, de modelar cidadãos adaptados ao seu meio de origem, mas lapidados pelos conhecimentos endossados pela cultura urbana" (ALMEIDA, 2007, p. 85). "A cidade tornava-se o locus da regulamentação do que se faz no campo" (SANTOS, 2008, p 56).

Conforme a Constituição de 1934, Art. 156, no parágrafo único "para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual" (BRASIL, 1934). Isso foi um grande avanço no tocante ao ensino ofertado as populações rurais, no entanto, a efetivação dessa garantia tornou-se um processo lento e de difícil efetivação.

Com a Constituição de 1946 houve uma mudança na oferta da educação as populações rurais, segundo a nova lei "as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes" (BRASIL, 1946). Essa mudança implicou a saída do Estado na oferta da educação para as populações rurais e a imposição de um único padrão de escola, tanto para as áreas urbanas, quanto para as áreas rurais.

Nesse contexto, a implantação e consolidação do sistema escolar brasileiro foi, desde o início pautado em um paradigma urbano. De acordo com Arroyo (2007), há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, enquanto o campo é lembrado como 'o outro lugar', desprovido de civilização. Endlich (2010) aponta que segundo o pensamento marxista, as relações campo-cidade retomam a análise da transição da barbárie para a civilização.

> [...] a essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural. Essas imagens que se complementam inspiram as políticas públicas, educativas e escolares e inspiram a maior parte dos textos legais (ARROYO, 2007, p. 158).

Esse rebaixamento vivenciado pelo campo brasileiro marcou intensamente todo o processo de evolução da educação formal no Brasil, notadamente a educação ofertada nos espaços rurais. Rangel e do Carmo (2011) observam que a imposição de um padrão urbano para a escola rural ocasionou uma formação descontextualizada, pois, "a proposta de modernização do campo foi orientada pelo modo de vida urbano, observando pouco as peculiaridades, saberes e valores do meio rural" fazendo com que muitos sujeitos rurais percam suas identidades.

Nessa perspectiva, a constituição da escola rural desde de suas origens é caracterizada pela precarização. A "inadequação ao contexto, aliadas à precariedade de material, falta de incentivo dos pais, problemas relacionados ao acesso, locomoção, transporte escolar e deficiente formação do professor" (RANGEL e DO CARMO, 2011p. 207), são obstáculos que sempre estiveram presentes na formação escolar rural.

A padronização curricular por exemplo, é outro aspecto negativo na educação rural, pois, as cartilhas e livros didáticos utilizados na formação dos alunos da cidade eram os mesmos utilizados para formação dos alunos do campo. A formação seguia um padrão urbano, sobretudo descontextualizado de suas realidades, portanto, as reflexões e as atividades não correspondem à vivência do aluno. Conforme Cavalcante (2003, *apud* RANGEL e DO CARMO, 2011, p. 207);

> As cartilhas eram escritas para as escolas urbanas, sem considerar o saber do camponês, e mantinham atividades inadequadas ao meio rural, como reconheciam algumas professoras, pois não havia muita preocupação em adaptá-las àquilo que seria de maior interesse.

A crítica de muitos pesquisadores a essa padronização centra-se justamente no processo de invisibilidade dos sujeitos do campo, pois, é imposto aos alunos do meio rural uma cultura desvinculada de seu contexto social. Igualmente, concordamos com Rangel e do Carmo (2011, p. 208) quando afirmam que "eles [os alunos do campo] estão presentes nos lugares educativos, mas não possuem suas especificidades reconhecidas". Nesse processo, o homem do campo continua ausente da história de sua própria cultura, suas linguagens, traços culturais, modos de ser e viver, eram desqualificados em nome de um modelo de valorização social hegemônico (RANGEL e DO CARMO, 2011).

Acredita-se que muitas conquistas já foram realizadas na superação da dicotomia rural-urbano. As produções acadêmicas/científicas aqui apresentadas corroboram com esse entendimento. No cenário educacional algumas conquistas já contemplam e propõem essa aproximação da educação com a realidade rural. O artigo 28 da Lei de Diretrizes de Bases da

Educação Nacional-LDB[1], por exemplo, existe um direcionamento para uma educação com adequações as populações rurais, afirmando que:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL. Lei 9.394, 1996, art. 28).

Portanto, conforme a LDB uma educação contextualizada é condição obrigatória para escolas localizadas no campo brasileiro. Porém, a deficiência que aflige as escolas do rural como aponta (RANGEL e DO CARMO, 2011) faz com que, esse direito seja negado. Devemos observar também que, as escolas do espaço rural em sua maioria ofertam apenas a educação infantil, o ensino fundamental até o 5ª ano, o ensino fundamental de 6º ao 9º ano e ensino médio passa a ser ofertado nas escolas da cidade. Essa dualidade é realidade para milhares de alunos do campo brasileiro, ou seja, vivem no campo e estudam na cidade.

Assim, no intuído de contribuir com a superação desse problema, sobre tudo, aproximando a formação escolar com as realidades desses alunos, propormos com base em Freyre (1982) uma outra maneira de interpretação do rural e do urbano e que essa interpretação também sustente as políticas de desenvolvimento educacional no Brasil. Desse modo, propomos uma educação rural e urbana a partir da rurbanização (FREYRE, 1982). Uma formação que priorize tantos aspectos do rural, quanto os urbanos, propondo uma compreensão de integração sócio-espacial entre esses espaços.

Portanto, nossa pesquisa desenvolve-se no semiárido alagoano, no extremo oeste do estado, onde se localiza o pequeno município de Água Branca. Um espaço com singular relação rural-urbano. Espaços que se encontram, se transformam, conformando uma só realidade, a rurbana. É nesse mundo rurbano, que está cravada no alto das serras a comunidade rural Serra do Cavalo, um brejo de altitude em pleno sertão. É também nesse espaço, que a dinâmica educacional se volta totalmente ao espaço urbano, apesar de na comunidade existirem escolas que ofertem os primeiros anos de escolarização, as séries finais do ensino fundamental e médio são ofertadas na escola da cidade. Os alunos desde muito cedo são acostumados a se deslocar para a escola da cidade, onde passam a vivenciar a dualidade rural-urbana.

[1] Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

O processo de urbanização tem marcado profundamente a civilização contemporânea. A cidade, forma concreta desse processo se torna cada vez mais complexa e dinâmica. Os esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e que estão presentes na maioria das nossas teses, artigos e livros, onde mostramos as redes de cidades, a hierarquia urbana, não respondem mais aos anseios da configuração urbana contemporânea (SANTOS, 2008). Nesse sentido, "entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam as extensões da urbanização nesse século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de construir sua trajetória" (SPOSITO, 1994, p. 11). Assim, para compreendermos o rural e o urbano em Água Branca, faz-se necessário retomar a gênese de sua formação territorial, bem como os aspectos socias, econômicos e culturais.

Buscamos com esse capítulo analisar a configuração socioespacial do município de Água Branca-AL. Todavia, consideramos que a cidade e o campo, são bem mais que representações concretas no espaço (casas, praças, igrejas, ruas, monumentos, prédios, vias, plantações, animais, etc.), para além desses elementos, deve-se considerar as construções simbólicas, os hábitos, o modo de vida, a cultura, a economia e todos os aspectos que expressa a existência do fenômeno, seja o urbano ou o rural. A cidade e o campo são realidades concretas (visíveis), o urbano e o rural são noções abstratos, (invisíveis).

3.1.FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ÁGUA BRANCA-AL

Em meados do século XVII as terras de Água Branca pertenciam à sesmaria de Paulo Afonso na época, província de Alagoas conhecida como Mata Grande. O território compreendia os atuais municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Olho D'Água do Casado e Piranhas (IBGE, 2014). A ocupação ocorreu com a chegada da família Vieira Sandes, oriundos de Itiúba, povoado próximo a Porto Real do Colégio. Os irmãos Faustino Vieira Sandes, José Vieira Sandes e João Vieira Sandes, atraídos pelas boas pastagens oferecidas pela área da caatinga, e pelas riquezas da área serrana, instalam a primeira fazenda de gado. De acordo com Feitosa (2014) após a consolidação das fazendas de gado[2] a família expandiu seus domínios para as áreas alta da região, onde fundaram a Vila de Água Branca, primeiro núcleo de povoamento da região.

[2] Fazendas da Matinha, Boqueirão, Cobra, Paraíso e Pedra (FEITOSA, 2014, p. 21).

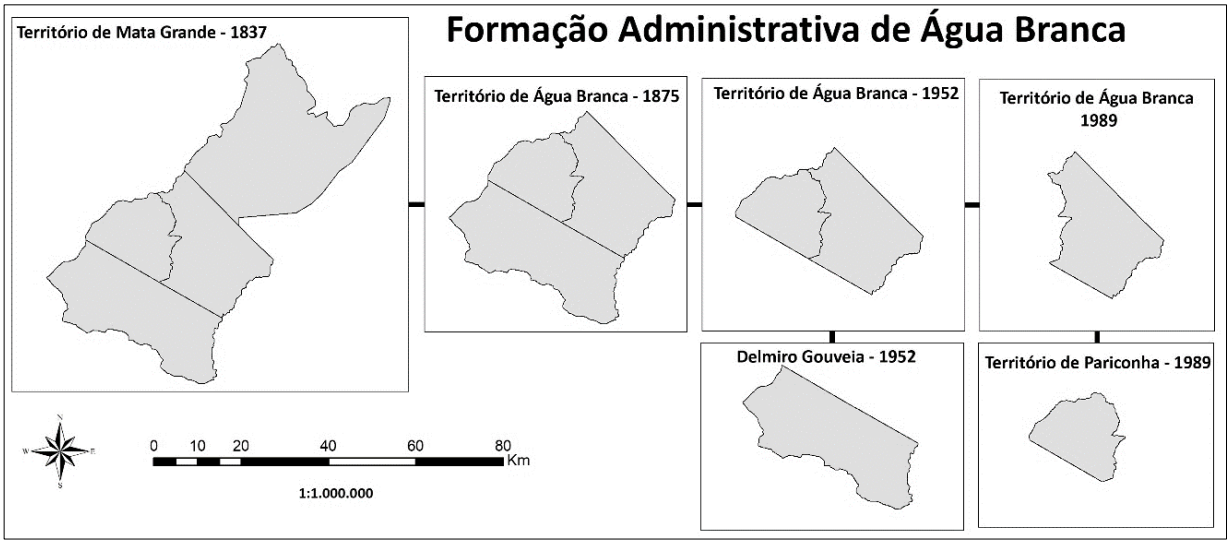
Entre os anos de 1837 a 1875, o território de Água Branca pertencia a Mata Grande. Nesse período, a lei provincial nº 413 de 1864 constitui o distrito de Água Branca e anexou ao território Mata Grande. Em 24 de abril de 1875 o distrito foi elevado à condição de vila e se desmembrou de Mata Grande, originando o município de Água Branca.

Em 1893 o povoado Várzea do Pico, local onde se realizavam as grandes feiras de gado, passou a ser sede da vila de Água Branca, e somente em 01 de junho de 1895 a sede passou definitivamente a vila de Água Branca, elevada à condição de cidade com a mesma denominação, pela Lei Estadual nº 805, de 02 de junho de 1919.

O topônimo Água Branca é proveniente das nascentes de águas claras da região serrana. Na época para diferenciar-se de Mata Grande, da qual por muito tempo foi povoado, chamou-se Mata Pequena ou Matinha de Água Branca (IBGE, 2018), posteriormente foi chamada de Água Branca.

Em 30 de novembro de 1938 o decreto Estadual nº 234 criou o distrito "Pedra", atual Delmiro Gouveia sendo anexado ao município de Água Branca. O distrito desmembrou-se em 30 de dezembro de 1943, passando à denominação de Delmiro Gouveia, segundo a lei 1628 de 16 de junho de 1952. O desmembramento do território de Pariconha ocorreu em 05 de outubro de 1989, estabelecendo-se oficialmente como cidade em 01 de janeiro de 1989 (IBGE, 2014). No mapa 01 temos o processo de formação administrativa do município de Água Branca.

Figura 01: Mapa da Formação administrativa de Água Branca.

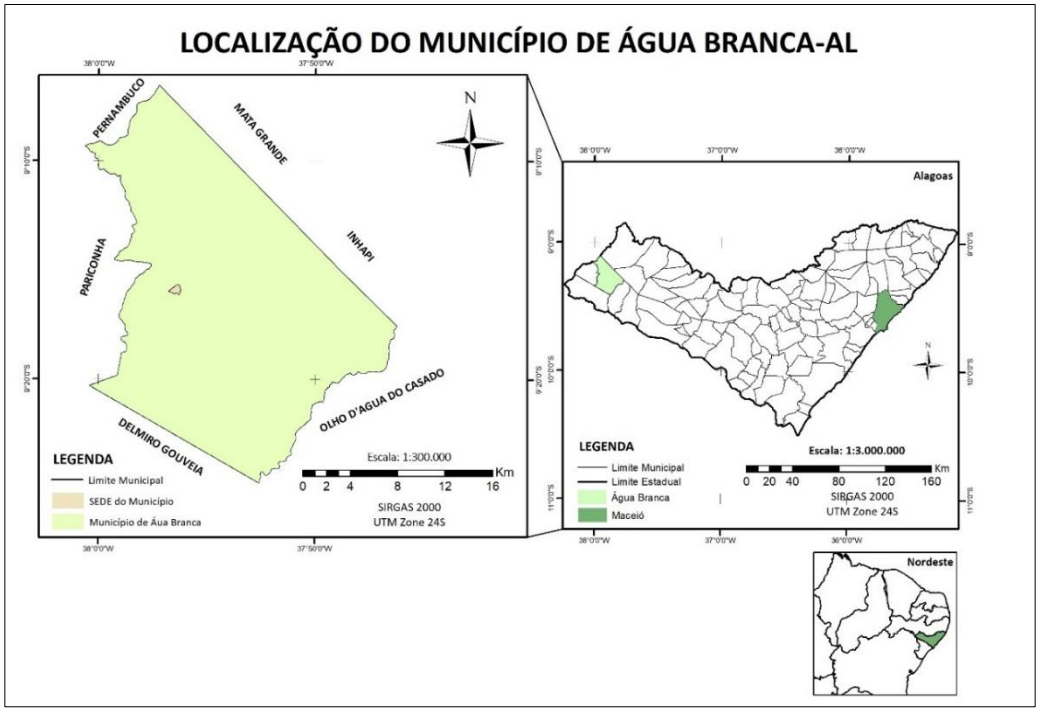


Autor: SANTOS, F. P. (2018)
Fonte de dados: IBGE, ZAAL.

3.2.LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GERAIS DE ÁGUA BRANCA-AL

O município de Água Branca está localizado no extremo Oeste do Sertão de Alagoas (Mapa 02), inserido na mesorregião[3] do Sertão Alagoano e na microrregião[4] do Alto Sertão, a aproximadamente 304 km da capital Maceió. Limita-se ao norte com o Estado de Pernambuco e o município de Mata Grande, ao sul com Delmiro Gouveia e Olho D'Agua do Casado, ao leste com o município Inhapi e Olho D'Agua do Casado, e ao oeste com o município de Pariconha. Sua extensão territorial é de 468,225 km^2, que representa 1,64% do estado de Alagoas. Na última contagem populacional apresentou 19.377 hab, sendo 5.101 residentes na área urbana e 14.276 residentes na área rural (IBGE, 2010). Em 2017 a população foi estimada em 20.467 hab. A densidade demográfica e de 42,62 hab/km^2. A Sede urbana está situada entre as coordenadas 9º15'46,08" de latitude sul e 37º56'25,44" longitude oeste, a uma altitude de 533 metros. As principais vias de acesso são as rodovias BR-316, BR-101, AL-220 E AL-145.

Figura 02: Mapa de localização de Água Branca-AL



Autor: SANTOS, F. P. (2018)
Fonte de dados: IBGE, ZAAL.

[3] Segundo o IBGE, mesorregião é uma área individualizada em uma unidade de federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos da articulação espacial. Em Alagoas existem três mesorregiões: agreste alagoano, leste alagoano e sertão alagoano.

[4] As microrregiões são partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço geográfico.

A vida econômica do município desde suas origens foi assentada no setor primário da economia. De um lado a agropecuária, caracterizada pela criação extensiva do gado nas áreas da caatinga, atendendo principalmente ao mercado de carne e peles na região. Do outro, a comercialização dos produtos de origem agrícola (farinha de mandioca, feijão, milho, frutas, etc.) e, também a produção da cana-de-açúcar, matéria prima para produção de rapadura, mel, cachaça, entre outros.

Na atualidade, a produção agropecuária ainda representa boa parte da base econômica do munícipio. Na produção agrícola destacam-se as lavouras permanentes (banana, castanha de caju, laranja e a manga) e lavouras temporárias (algodão, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e o milho) (IBGE, 2018). Na pecuária, a criação de bovinos, ouvinos, caprinos e suínos. Os bovinos e ovinos destinados ao abate e à produção de leite, e os caprinos e suínos destinados ao abate (IBGE, 2018). No setor terciário temos os bens e serviços ofertados pelo comércio local. As atividades turísticas, especialmente o ecoturismo[5] é um setor que também contribui, mesmo que de maneira tímida, para o crescimento da economia local.

O município encontra-se inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja (cerca de 70 % de sua área), que representa a paisagem típica do semiárido nordestino, e o restante está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema (cerca de 30%), formada por maciços com altitude variando entre 650 e 790 metros (CPRM, 2005).

São encontrados cinco tipos de solo no município, alguns mais desenvolvidos, por exemplo, os *argissolos* encontrados principalmente nas áreas serranas, caraterizado pela boa capacidade de armazenamento de água e enorme potencial para agricultura. E também outros menos desenvolvidos, como os solos *neossolos rególitico e neossolos litólicos*, típicos do ambiente semiárido brasileiro, caracterizados como rasos e pedregosos, que apresentam algumas limitações para o cultivo agrícola. Há ainda a presença dos solos *cambissolos háplico* e *planossolos*. Segundo Parahyba, Lite e Neto (2006, p. 02) "de um modo geral, os solos [em Água Branca] são facilmente trabalháveis por apresentar textura leve (arenosa e média) na superfície; no entanto, a principal limitação ao uso agrícola é a deficiência de água, ocasionada pelo clima semiárido da região".

[5] "Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p.17).

A vegetação é composta basicamente por Caatinga Hiperxerófila de espécies arbustivas e arbóreas de pequeno e médio porte, também ocorrem trechos em caducifólias, em boa parte dotadas de espinhos.

O município apresenta duas características climáticas, a primeira é clima subúmido seco caraterístico das áreas serranas, a segunda é o clima semiárido, típico nas áreas da depressão. O período chuvoso se inicia em novembro com término em abril. A precipitação média anual é de 431,80 mm a 1000 mm (CPRM, 2005).

As características físicos-naturais de Água Branca colocam o município em um seleto grupo denominado de "*área de exceção*" (Melo, 1988) no semiárido brasileiro. Nessas áreas, "o condicionador básico da diferenciação espacial situa-se no fator relevo, a ele prendendo-se os dos planos climáticos, edáfico e florísticos, que também se interrelacionam e, ao mesmo tempo, condicionam as formas de uso da terra" (MELO, 1988, p. 63). Para Ab'Sáber (1999, p. 08), essas áreas são conhecidas como *"serras úmidas, baixios e brejos"*. O autor faz uma tipologia de sítios e brejos para o nordeste seco destacando os,

> [...] brejos de cimeira ou de altitude (Triunfo, Garanhuns e Serra Negra, PE); brejos de encostas ou vertentes de serras ou maciços antigos (sudeste da Borborema, AL e PE; Baturité oriental, CE); brejos de piemonte ou de pé-de-serra (Frecheirinha, CE; Alagoa Grande, PB; Buíque, PE; Oliveira dos Brejinhos, BA); brejos de vales úmidos ou de ribeiras (vales úmidos do Rio Grande do Norte e do Ceará; Ribeira do Pombal, BA); brejos de olhos d'água, em situação coalescente (Cariris Novos e Baturité oriental, CE; Borborema oriental, entre Areia e Alagoa Grande, PB) (AB'SÁBER, 1999, p. 08).

Os brejos de altitude são subsetores mais úmidos que existe no interior do semiárido, ou seja, são porções de terras com altos níveis de altitude e em decorrência apresentam maior umidade, "onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos" (AB'SÁBER, 1999, p. 08).

Manuel Correia de Andrade, em "A terra e o homem no Nordeste", também traz algumas considerações sobre essas áreas de exceção no nordeste brasileiro. Para o autor as áreas serranas do Nordeste são manchas úmidas no meio do sertão, onde as condições climáticas e a abundância em água, diferenciam do restante da região (ANDRADE, 2011), sendo os principais locais de cultivo agrícola.

Na imagem 01 temos o brejo de Água Branca, uma área de exceção no extremo oeste de Alagoas. A diferenciação geológica caracteriza o munícipio desde suas origens como "*celeiro regional da região"* (ANDRADE, 2011).

Figura 03: Imagem de satélite da área serrana de Água Branca

Fonte: Google Earth (julho de 2018)
Adaptação: SANTOS, F. P. (2018)

Esses aspectos físicos-naturais sempre proporcionaram maior produtividade agrícola nas terras de Água Branca, passando a fornecer, alimentos (carnes, frutas, feijão, farinha, milho, rapadura, mel, açúcar mascavo, etc.) para os mercados periódicos da região. Assim, concordamos com Melo (1988, p. 35) ao caracterizar essas áreas como "[...] microespaços, que também se distingue pelo tipo de economia e de sociedade que abrigam" (MELO, 1988, p. 35).

3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO EM ÁGUA BRANCA-AL

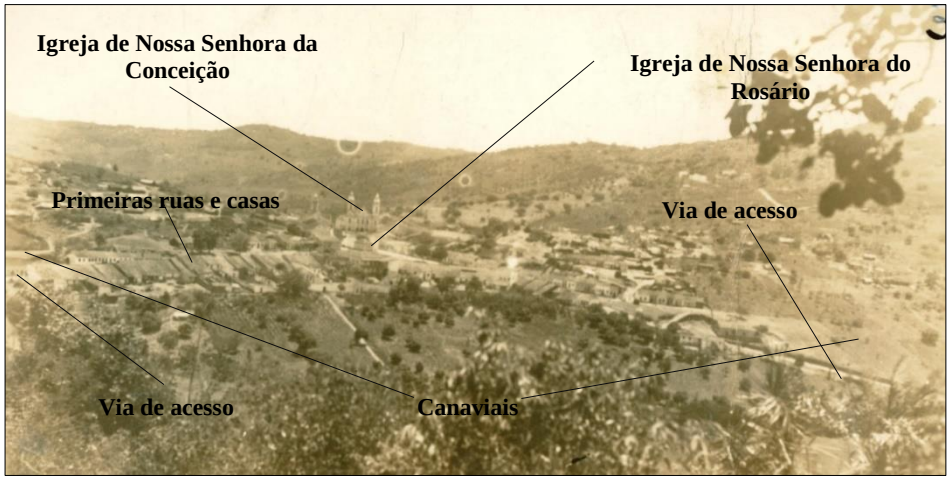
As cidades, sobretudo as de pequeno porte, "tem diversas origens, não apenas considerando-se o período de sua criação, mas também face às motivações, agentes sociais e ao padrão de localização que condensa necessidades e possibilidades de criação de núcleos de povoamento (CORRÊA, 2011, p. 06). Ao analisarmos a gênese da formação espacial da cidade de Água Branca, percebemos dois elementos centrais nesse processo, a saber: os aspectos *físicos-naturais* e a *religiosidade*.

Os aspectos físicos-naturais influenciam a formação espacial desde sua origem, pois, a ocupação de Água Branca é decorrente da instalação das fazendas de gado nas áreas da caatinga (depressão sertaneja). As vastas pastagens e a abundância de água, proporcionaram a expansão da pecuária, sobretudo a criação em modo extensiva. Após o desenvolvimento da atividade pecuária, a família Vieira Sandes, passou a dispor de recursos necessários para expandir seus domínios na região, assim, encontram nas áreas serranas (maciço), o microclima, o solo e a água necessária para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo, a monocultura da cana de açúcar, bem como a produção de lavouras temporárias, como: mandioca, feijão, milho, algodão, entre outras. Assim, em meio aos vales e serras fundaram a vila de Água Branca.

A religiosidade foi o grande marco na formação da cidade de Água Branca, pois, foi em plena mata fechada, que o Major Francisco Casado de Melo construiu em 1770 a primeira edificação na região, a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Segundo Feitosa (2014) a igreja foi a primeira edificação da cidade de Água Branca e, marca o início do núcleo de povoamento. O monumento foi construído na área central dos vales, assim é a partir da pequena igreja que surgiram os primeiros caminhos, as primeiras casas e as primeiras ruas da então vila de Água Branca. A igreja também é equidistante (que apresenta a mesma distância) a três núcleos de povoamentos, o povoado Boqueirão, Várzea do Pico e Olaria.

Destacamos também, um segundo monumento, dedicado à Nossa Senhora da Conceição, edificado em 1871 pelo Barão de Água Branca, a igreja matriz como é conhecida além de representar a religiosidade do povo, também simboliza as riquezas da região nesse período. Pois, construir uma igreja com torres de mais de 24 metros de altura e com nave (interior da igreja) trabalhada em ouro maciço, é um exemplo das riquezas de Água Branca nesse período. Na foto 01, visualizamos os dois monumentos (igreja de Nossa Senhora do Rosário e Igreja de Nossa Senhora da Conceição), também podemos perceber o sedenho das primeiras ruas e vias de acesso do tecido urbano, e também os canaviais circundando a cidade. Esses elementos marcaram profundamente o desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Água Branca, notadamente, a pequena igreja de Nossa Senhora do Rosário. Conforme Moraes (1994, p. 20) “a capela serve de fixação de uma população mais ou menos esparsa. É em torno da capela que se cria a vila. Para ela converge a vida da região. Em torno dela se estabelece o comércio, o centro consumidor e a cidade”.

Foto 01: Visão panorâmica da cidade de Água Branca-AL



Autor: IBGE (2014)
Data: 19 -- / Adaptação: SANTOS, F. P. (2018)

Corrêa (2011) ao fazer um estudo apurado sobre as pequenas cidades do Brasil, caracterizou os pequenos centros urbanos como núcleos "centralizadores" nos territórios municipais. Essas cidades "exercem centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias (CORRÊA, 2011, p. 06-07). No caso de Água Branca, a cidade foi desde suas origines um local de concentração regional. Foi "ponto de passagem de tropeiros e negociantes de couros, terra habitada por ricos fazendeiros de gado, senhores de engenho e produtores de cana-de-açúcar" (ÁGUA BRANCA EM REVISTA, 2005), uma cidade construída com base na sociedade agrária do século XIX.

O espaço urbano de Água Branca é, portanto, um produto do processo histórico de ocupação e desenvolvimento. Ele é um testemunho, "[...] testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada" (SANTOS, 2004, p. 173). Assim, encontramos rugosidades no espaço urbano que revelam essa influência dos aspectos agrícolas na sua formação. E tais aspectos, também revelam que não podemos analisar esse espaço sob uma ótica ou teoria urbana genérica, as singularidades dos pequenos centros nos permitem diferencia-los de outros centros urbanos.

Segundo Feitosa (2014), na época do Brasil Colônia o cultivo da cana-de-açúcar tornou-se monocultura em Água Branca, as serras eram circundadas por engenhos e canaviais, a produção açucareira por muitos anos alimentou o mercado interno com a oferta de rapaduras. Através de relatos, sobretudo dos moradores mais antigos, constatamos que em épocas de produção, quatro engenhos chegaram a funcionar na cidade: o engenho de Abel Torres (localizado no recanto São Francisco - foto 02); o engenho São Lourenço (localizado na Rua Lourenço Bezerra de Melo - foto 03); o engenho Antônio Barros (localizado na Rua João Paulo II - foto 04) e o último, o engenho Mané Saturnino, que por se encontrar mais próximo ao centro da cidade acabou sendo demolido.

Foto 2: Engenho de Abel Torres

Autor: SANTOS, F.P. (2014)

Foto 3: Engenho São Lourenço

Autor: SANTOS, F.P. (2014)

Foto 4: Engenho Antônio Barros

Autor: SANTOS, F.P. (2014)

Na época de moagem, as serras de Água Branca eram tomadas por trabalhadores, uma parte dedicada a colheita da cana, e a outra ao processamento da cana nos engenhos, onde eram produzidos mel, rapadura, açúcar mascavo e cachaça. Nesse período, segundo os moradores, as serras eram tomadas pela fumaça e pelo cheiro do mel.

Ao analisarmos a configuração do espaço urbano de Água Branca na atualidade, percebemos que para além das características *físicos-naturais, e da religiosidade,* os processos de produção agrícola e pecuária também foram essenciais na conformação do desenho urbano. Na foto 05 temos a atual configuração da cidade, ao centro da imagem temos a igreja de Nossa Senhora do Rosário a primeira construção do núcleo de povoamento. A capela funcionou como ponto de confluência entre as principais ruas da cidade, e também as vias de acessos à cidade: Rua Barão de Água Branca, Rua São Bento e Rua Cônego Nicodemos. Ao lado da igreja matriz, temos o Mercado Público de Água Branca, local utilizado para comercialização dos produtos agrícolas do município e, também, utilizado como espaço para lazer, pois, era no mercado que aconteciam os grandes bailes e Saraus da cidade. E ao lado, em uma sala anexa, funcionava um cinema.

Foto 05: Cidade de Água Branca

Fonte: Prefeitura Municipal (2014)
Adaptação: SANTOS, F. P. (2018)

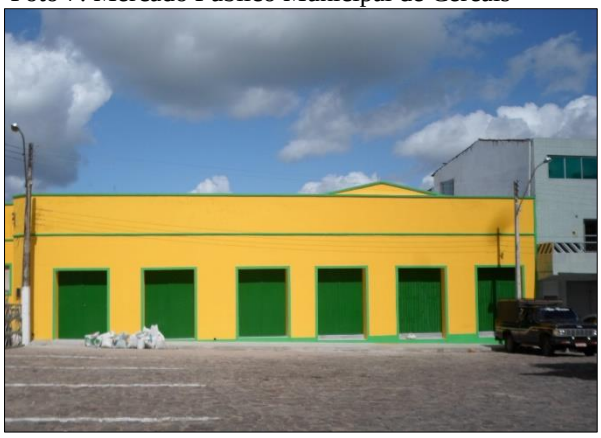
Outro elemento que revela a centralização da cidade sobre o território municipal e, que ainda hoje exerce a mesma função é o Mercado Público Municipal de Cerais (fotos 06 e 07). Os mercados são caracterizados como lugares de trocas e de circulação de produtos necessários ao abastecimento humano. O mercado de Água Branca foi criado para trocas comerciais, sobretudo a de produtos agrícolas, como: feijão, milho, farinha de mandioca, mel, rapadura, açúcar mascavo etc. É nesse espaço que grande parte da produção agrícola do município é comercializada.

Atualmente, o mercado ainda está em funcionamento, conta com 08 comerciantes, sendo 02 de origem rural, advindos da comunidade Serra do Cavalo, e 06 de origem urbana. De acordo com Santos (2014), os comerciantes que residem no espaço rural, são os próprios produtores de seus produtos (feijão, farinha, milho), enquanto os comerciantes residentes na cidade compram os produtos comercializados dos agricultores locais. Nos últimos anos, o mercado municipal vem perdendo espaço para os mercados de produtos industrializados. Segundo Josefa Pereira, 70 anos, "*As pessoas não vão mais ao mercado municipal comprar farinha e feijão, preferem comprar os pacotes menores nos mercados da cidade".*

Foto 6: Mercada Público Municipal de Cereais

Fonte: IBGE – Bibliotecas (2014).
Data: 1983

Foto 7: Mercado Público Municipal de Cereais



Autor: SANTOS, F. P. (2014)

As pequenas cidades são fundamentais no processo de distribuição de produtos, sejam agrícolas, ou industrializados, funcionado como uma área de confluência, pois encontra-se "[...] no começo de uma longa cadeia de comercialização, beneficiamento, se necessário, de produtos do mundo rural" e "no fim de outra cadeia, a de distribuição de produtos industrializados, provenientes de fora, sobretudo das grandes cidades" (CORRÊA, 2011, p. 08). Isso deixa claro a importância da pequena cidade nas relações entre o urbano e o rural.

As tradições rurais que se manifestam na cidade, presentes no modo de vida, na religiosidade dos moradores, nas relações comunitárias e nas comidas, também imprimem no

espaço urbano as características rurais, reafirmam um urbano moldado por aspectos rurais. Nesse sentido, conforme apontou Santos (2014) é muito comum encontrar hábitos rurais manifestados nos quintais das casas como: plantações de hortas, pomares, criação de animais (galinhas e porcos, ovelhas, cabras), destinados tanto ao abate para comercialização, quanto ao próprio consumo. Também encontramos hábitos rurais como, conversas com os vizinhos na calçada ao fim da tarde, as crianças brincando na rua, ou nas praças. De acordo com Machado (2007, p. 83 e 84) "é possível que uma sede municipal e suas vilas possuam características rurais e seus habitantes vivenciem em boa parte atividades agrícolas".

Na foto 08, temos uma moradora da cidade no pastoreio de ovelhas. Essa é uma atividade incomum no urbano, notadamente pelo uso e ocupação do solo, sempre utilizado de forma predatória, notadamente para construção das formas que dão vida a esse espaço. A moradora, que preferiu não se identificar relatou que essa prática é comum na sua família, que "*faz isso desde sempre, gosta de criar as ovelhas é também uma fonte de renda para ajudar nas despesas*".

Foto 08: Moradora no pastoreio de ovelhas

Autor: SANTOS, F. P. (2014)

As festividades de Santos Padroeiros também são exemplos de ruralidades manifestadas no espaço urbano. As festas, para além das ações religiosas, também promove a união entre as pessoas, estreitando os laços de companheirismo comunitários. Em períodos de festas a cidade se transforma, o isolamento, aspecto característico da vivência urbana cede lugar aos encontros familiares, com amigos, com vizinhos. O bairro ou rua onde a festa é realizada, torna-se o local dos encontro e por um certo período de tempo, assemelha-se há uma comunidade rural. Em Água Branca temos a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizada em dezembro;

a festa de São Vicente de Paula, realizado em abril, na Vila são Vicente, e a festa de Santo Antônio, realizada no mês de junho, na rua Santo Antônio. Em ambas as festas podemos encontrar diversos traços de ruralidades, porém, a que mais se destacou foi a trezena de Santo Antônio.

A festa de Santo Antônio acontece no mês de junho no oratório Santo Antônio (foto 09) e é organizada pelos moradores da própria rua, ao todo são 13 noites de novenas (trezena), cada família fica responsável por organizar uma noite.

Foto 9: Oratório Santo Antônio, Água Branca-AL

Autor: SANTOS, F.P. (2018)

A dinâmica da festa acontece da seguinte forma: *a*- o noitero (pessoa/família) responsável pela realização da noite de novena deve organizar o local, verificando se as rua foram limpas; *b*- comprar fogos de artifícios, deve-se soltar os fogos em horários específicos (06:00 h, 12:00 h e 18:00 h); *c*- fornece um lanche de sua preferência a todos os participantes da novena; *d*- conseguir um brinde para realização de bingos em prol do novenário. No período da realização da trezena alguns vendedores aproveitam os festejos para comercializarem lanches da culinária local como: tapioca, milho, mungunzá, bolo de milho, quentão, etc. No último dia da festa, é realizada uma missa no local, e uma procissão pelas ruas da cidade (fotos 10 e 11).

Por fim, destacamos que as festividades alusivas a Santo Antônio, também são realizadas por muitas capelas rurais espalhadas pelo município, e isso denota uma singularidade específica de espaços rurais, mas reproduzidas no urbano.

Foto 10: Festa de Santo Antônio

Fonte: https://www.facebook.com/pascom.nsc
Ano: 2018

Foto 11: Procissão com Santo Antônio nas ruas de Água Branca

Fonte: https://www.facebook.com/pascom.nsc
Ano: 2018

Diante do exposto, fica evidente as intrínsecas relações do espaço urbano com o espaço rural em Água Branca. Poderíamos até pensar que isso ocorre face a urbanização não ter assumido sua plenitude nesse espaço, ou até mesmo que são apenas ruralidades no espaço urbano, porém, a intensidade nas relações econômicos, sociais e culturais rural-urbano reafirmam a configuração de um espaço misto. O urbano e o rural em Água Branca coexistem num mesmo espaço, a cidade é o *locus* de confluência entre essas duas realidades, a urbana e a rural. Assim, concordamos com Santos (2014) quando caracterizou o espaço urbano de Água Branca como "rurbano".

3.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RURAL EM ÁGUA BRANCA-AL

De acordo com Rodrigues (2014) o debate atual sobre o rural brasileiro está centrado em dois aspetos, o *tamanho* e a sua *natureza*. No primeiro aspecto, o rural é caracterizado pelo quantitativo populacional presente no espaço, no segundo, as características sociais, econômicas e culturais dos espaços rurais e dos seus habitantes.

Bagli (2010) ao refletir sobre rural e o urbano, define o rural como espaço vinculado as atividades primárias, especialmente as agropecuárias. Nesse espaço, as relações estabelecidas têm uma forte ligação com a terra, é na terra que são construídas as relações cotidianas, os hábitos, e também é retirado o sustento das famílias. No urbano, porém, as relações com a terra assumem outra configuração, o trabalho não ocorre na terra, e sim, sobre ela. As relações se solidificam por intermédio daquilo que sobre a terra é construído (prédios, edifícios, casas, lojas, ruas etc.) e pelas funções que possuem (BAGLI, 2010, p. 87).

No município de Água Branca, os limites entre o rural e o urbano são estabelecidos pela Lei nº 460 de 27 de dezembro de 2001 que dispõem sobre a linha do perímetro urbano e outras

providências. A referida lei está amparada no Decreto-lei 311/38, onde "todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades [...]. Tudo o que estivesse fora deste enquadramento corresponderia ao rural. Caberia aos municípios estabelecer esta diferenciação, bem como definir os limites de cidades, vilas e, por consequência, das áreas rurais" (IBGE, 2017).

> Há que se considerar ainda que os limites definidos das zonas urbanas e rurais apresentam, muitas vezes, certo grau de arbitrariedade. Em diversos municípios da zona rural há atividades não agrícolas em estreitas relações com as atividades urbanas. Da mesma forma, nas áreas urbanas há porções do território com atividades agrícolas. Nas áreas de transição rural-urbana, essas situações se apresentam com maior intensidade (MIRANDA, 2009, p. 43).

Assim, acreditamos que seguindo esse critério as finalidades do ordenamento do território (uso e ocupação do solo) não são cumpridas. Fomos informados através da Secretária Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, que esse é o único critério utilizado pelo município para definir os limites entre o urbano e o rural. Desse modo, apesar de grande parte de seu território ser caracterizado como rural, o município não dispõe de uma conceituação oficial que possa definir e caracterizar o rural e o urbano. Para Miranda (2009), os territórios rurais devem ser priorizados sobretudo para melhorar seu desenvolvimento. Assim, deve haver "regulação do uso e ocupação do solo[...]; definição de zonas especiais de preservação ambiental, de interesse histórico, cultural; regulação das atividades de turismo e lazer; e controle ou regularização fundiária dos assentamentos irregulares[...]".

Ao analisar a evolução da população nos últimos 50 anos (tabela 01) percebemos que a população rural sempre foi superior a população urbana.

TABELA 01

População rural e urbana em Água Branca – AL 1970/2010

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1970	1.782	20.838	22.620
1980	2.741	22.418	25.159
1991	5.544	21.016	26.560
2000	4.496	14.164	18.660
2010	5.101	14.276	19.337
2018	___	___	20.467

Fonte: IBGE – Censo demográfico (1970, 1980, 1991,2000, 2010, 2017).
Organizador: SANTOS, F. P (2018)

Nota-se que há uma diminuição acentuada da população total no ano 2000, isso aconteceu devido ao processo de emancipação política do distrito Pariconha em 1989, elevando o mesmo a condição de sede municipal. Se observarmos os dados da população no estado de Alagoas (apêndice 01) percebemos que em 1991 houve uma inversão da população, o número de habitantes no rural diminui em relação aos habitantes do urbano. Em Água Branca esse fenômeno não ocorreu, a população rural sempre foi superior a urbana.

Os dados demográficos revelam um município com maior parte da população residente no espaço rural. Essas populações têm na agricultura e pecuária o principal meio de trabalho e geração de renda. Pois, conforme o IBGE (2010) a maior parte da população ativa do município desenvolve atividades no setor primário da economia, notadamente a produção agrícola e pecuária. No setor agrícola, destacamos as seguintes lavouras: mandioca, milho, feijão (fotos 12, 13), algodão, cana de açúcar (foto 14), etc. Na pecuária temos a produção de bovinos, suínos e caprinos (foto 15).

Foto 12: Plantação de mandioca em Água Branca

Autor: SANTOS, F, P (2018)

Foto 13: Plantação de feijão e milho em Água Branca

Autor: SANTOS, F, P (2018)

Foto 14: Plantação de cana-de-açúcar em Água Branca

Autor: SANTOS, F, P (2014)

Foto 15: Criação de ovelhas em Água Branca

Autor: SANTOS, F, P (2018)

Os produtos advindos da agricultura e pecuária são comercializados nas feiras da cidade. Assim, destacamos a importância das feiras livres no final da cadeia produtiva, pois é nesses espaços que o agricultor comercializa seus produtos. Na foto 16 temos um agricultor da comunidade Serra do Cavalo negociando a farinha de mandioca na feira de cereais em Água Branca. A feira de cereais é o local em que o agricultor vende seus excedentes. A feira acontece nos dias de segunda-feira entre 06:00 e 09:00 horas.

Foto 16: Agricultores negociando a farinha de mandioca na feira de cereais

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Após a venda dos produtos, o agricultor usa o dinheiro para a comprar de produtos industrializados necessários para o sustento de sua família. Em entrevista o agricultor Clemilson Pereira, 36 anos relata que: *"se não tiver a farinha ou o feijão para vender não tem como comprara as outras coisas pra dentro de casa".* A fala do agricultor nos mostra a importância da produção agrícola no sustento da família, pois, como escreve Bagli (2010, p. 87) "o sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela [terra] produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para vender ou consumir), seja, por intermédio da criação de amimais (pastagens e outras fontes de alimento). A terra não é chão, mas é garantia de sobrevivência".

As populações rurais têm seu modo de vida moldado pelas relações da terra. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo da terra, plantio, capinagem, colheita, processamento, a comercialização e etc. Segundo Bernardelli (2010, p. 48) "a vida rural é assentada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião". Nas fotos 17 e 18 temos exemplos desse modo de vida associados aos aspectos descritos pela autora. Na primeira foto temos a agricultora Noêmia Rodrigues, 72 anos, com seu neto colhendo milho na roça. Segundo a agricultora, *"colher as*

coisas que a gente planta que Deus cria é muito bom. E também são saudáveis, não tem doenças". Na segunda foto temos um grupo de mulher no descascamento da mandioca em uma casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo. A casa de farinha é o local utilizado para o processamento da mandioca. Não existem regras para realização de função, tanto os homens, quanto as mulheres podem realizar qualquer serviço nesse processo. O descascamento é uma função normalmente realizada por mulheres, o homem comumente realiza o trabalho mais braçal (coletar na roça, transportar, fazer o ralamento, a prensagem, peneiramento e torração). Todo o processo de produção da farinha é realizado pelo grupo familiar, apenas em casos de alta quantidade de mandioca, são contratados trabalhadores externos a família. Segundo Melo (1988, p. 79) o que viabiliza a produção da mandioca e farinha "[...] no Nordeste, de um modo geral, é o baixo custo do trabalho dos membros da família que, compensando, de algum modo, as desvantagens da baixa produtividade e da comercialização dos preços insatisfatórios, permite a sobrevivência do pequeno produtor rural".

A foto 18, mostra uma casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo. O agricultor Cicero Malaquias dos Santos, 51 anos, dono da farinhada, relatou que parte da produção da farinha é destinado ao consumo da família, e o excedente é comercializado junto a feira de Água Branca. *"As vezes o comprador vem comprar aqui direto na casa de farinha, mais isso só acontece quando tem pouco farinha na região, quando não, tenho que levar para a vender na cidade",* relatou o agricultor.

Foto 17: Agricultora colhendo milho com neto na roça

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Foto 18: Mulheres na raspagem da casca de mandioca

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Marques (2002) tem discutido sobre uma crescente transformação no espaço rural brasileiro, sobretudo, no tocante as funções e conteúdos sociais. Entre geógrafos, economistas e sociólogos, há um consenso em considerar que essas mudanças têm provocado o desenvolvimento de novas relações no campo. Para alguns, sobretudo os mais radicais o campo vem cada vez mais se urbanizando, por exemplo, Santos (2008), Graziano da Silva (1997).

Outros, no entanto, defendem que essas relações que passam a serem desenvolvidas no campo não vai provocar o fim do rural, é sim, configurara novos arranjos produtivos nesse espaço.

Assim, acreditamos que em Água Branca, o campo tem sido sim, influenciado pela dinâmica do meio *técnico-científico-informacional*, porém, essas mudanças não provocam uma total mudança nas relações desenvolvidas nesse espaço. O que se percebe no rural de Água Branca, é um tímido processo de desenvolvimento, sobretudo econômico, que tem aproximado ainda mais as relações com o urbano. Nas fotos (19 e 20), temos exemplos dessa nova dinâmica no campo. Em ambos os casos os agricultores estão utilizando motocicletas como meio de transportes para se deslocarem para as plantações. O caso mais curioso está na primeira foto, onde temos o agricultor conduzindo a motocicleta e puxando o burro, animal muito utilizado para transporte de carga na região. Na segunda foto, temos o agricultor se dedicando ao trabalho na plantação de mandioca, o curioso é o fato de ao lado da plantação está sua moto, utilizada como meio de transporte. Esse cenário, a anos atrás era composto pelo agricultor e pelo burro ou cavalo. De modo, pensar o rural como lugar atrasado, sem desenvolvimento tem se tornando uma realidade muito distante.

Foto 19: Agricultor utilizando a motocicleta como meio de transporte para a roça

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 20: Agricultor utilizando a motocicleta como meio de transporte para a roça

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Nesse sentido, concordamos com Endlich (2010, p. 23) ao afirmar que o "rural designa uma condição de vida pretérita, que vem sendo superado materialmente e culturalmente". Esses traços de urbanidades não provocam perda de identidade, e nem tão pouco, modificam a paisagem rural, e sim, deixa claro que cada vez mais as relações entre esses espaços se intensificam. E do mesmo jeito que aspectos do rural são entrados no urbano, podemos encontrar aspectos do urbano no rural. Uma vivência combinada, descrita por Freyre (1982) de "rurbana".

3.5. O ESPAÇO RURBANO EM ÁGUA BRANCA-AL

O Sociólogo Gilberto Freyre é considerado um dos intelectuais mais importantes do Brasil no século XX. Suas obras são referências no processo de compreensão da sociedade brasileira. Segundo Froehlich (2000, p. 02) temáticas como "ecologia", "ambiente" e configuração "cidade-campo", já eram debatidas pelo autor naquele período, mostrando seu pioneiro pioneirismo intelectual.

Na obra, Rurbanização: que é? (1982), Freyre procura refletir sobre o ordenamento espacial do Brasil. Utiliza sua perspectiva socialmente ecológica para "[...] pensar o planejamento do espaço, através de subsídios e formulações de políticas capazes de diminuir o crescente desequilíbrio ambiental constatado" (FROENLICH, 2000, p. 02).

> Hoje, sem ser Império, mas República federativa, o Brasil continua a ser um conjunto de Brasis, inclusive de Brasis predominantemente rurais e Brasis predominantemente urbanos, aos quais vêm faltando a integração desejável. Pois, esse conjunto de Brasis só tem sentido – social, cultural, étnico, econômico, político – sob a forma de um vasto Brasil que, por ser plural, não deixa de ser uno e até singular: uno nas bases, uno nas constantes que lhe dão individualidade cultural e singular no seu modo de ser nação de formação duplamente ibérica e de vocação duplamente rural-urbana.

O olhar precursor de Freyre denuncia já no século XX a falta de integração do espaço brasileiro, bem como a dualidade entre campo e cidade. Enquanto os geógrafos urbanos e rurais, cada um a seu modo, se dedicavam apenas a suas perspectivas de análise, acentuando ainda mais a dicotomia, Freyre (1982) propõe uma nova vertente de integração entre "os Brasis". Nessa abordagem, o rural e o urbano não representariam duas faces antagônicas de uma mesma realidade, o rural pobre e o urbano rico. Acreditamos assim que, a harmonização entre esses espaços só será possível quando compreendermos que, o rural e o urbano designam modos de ser, de existir, e não podem ser compreendidos como realidades opostas, pois, como escreve Freyre (1982, p. 57):

> Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e, por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas (FREYRE, 1982, p. 57).

As análises do autor nos instigam a superar a dicotomia rural-urbano, campo-cidade. É necessário o desenvolvimento de outros olhares, sobretudo, onde as diferenças e semelhanças possam coexistir no mesmo espaço, sem sobreposição, seja do urbano sobre o rural ou, do rural sobre o urbano. Conforme Freyre (1982) uma terceira via de análise começa a tomar forma, onde os desequilíbrios são superados, é a *rurbanização*, definida como [...] uma situação intermediária entre a puramente rural e a exclusivamente urbana — pois que a define como posição mista, dinâmica e conjugal entre os valores que aquelas vidas representam (FREYRE, 1982, p. 43). Portanto, o espaço rurbano é:

> um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional — a do Nordeste, por exemplo ou nacional — a do Brasil como um todo — valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos (FREYRE, 1982, p. 57).

O rurbano nesse contexto é caracterizado pela combinação de duas realidades, a rural e a urbana, configurando um único espaço. A princípio o autor traz uma abordagem sob o aspecto espacial, mas nesse processo também se inserem os aspectos econômicos, socias e culturais, que conformam uma só vivencia, a rurbana.

As análises desenvolvidas no século XX, encontram na pequena cidade de Água Branca-AL, as condições ideias para sua aplicabilidade, visto que, são nesses pequenos centros urbanos que as relações entre o rural e o urbano se intensificam, funcionando como espaços de confluência. Nas fotos 21 e 22, por exemplo, percebemos alguns aspectos que sinalizam essa integração de vivência rurbana. Na foto 21 temos uma rua no centro da cidade e nela o encontro de duas realidades, a rural representada pelo sujeito utilizando o cavalo como meio de transporte, um hábito ainda muito comum na cidade, especialmente, pelos moradores que vivem no urbano e trabalham no rural, e a urbana, representada pelo automóvel, um símbolo do processo de industrialização e urbanização nas cidades.

Na foto 22, temos outro sujeito utilizando o cavalo como meio de transporte, por encontrar-se em frente a um estabelecimento comercial, a Casa do Agricultor, acreditamos que foi comprar algum produto rural. Em conversa com o dono do estabelecimento (optou por não se identificar) o mesmo relata que "*é comum as pessoas das serras e da caatinga chegarem aqui montados a cavalo ou a burro, alguns moradores, os mais antigos, gostam de usarem o cavalo pra vim para cá".* Diante disso, compreendemos que o pequeno estabelecimento se situa na confluência entre duas realidades, a rural e a urbana. Conforme Corrêa (2011) esses estabelecimentos se beneficiam da centralização ofertada pelo espaço urbano, mas depende

exclusivamente do consumidor rural. “Está no final de uma cadeia e no início de outra”, esse é um exemplo notório do desenvolvimento combinado apontado por Freyre.

Foto 21: Automóvel e cavalo em ruas de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2014)

Foto 22: Agricultor em frente à loja de produtos agrícolas na cidade de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2014)

De acordo com Freyre (1982), o modo de vida rural, manifesta-se no urbano de diversas maneiras, assim, podemos encontrar “árvores e plantas, ao redor das próprias casas, cultivo de legumes e de frutas em quintais domésticos; toda uma soma de quebra de distâncias entre viveres cotidianos e aventuras rústicas ou agrestes, outrora difíceis para quem fosse urbano em vez de rurbano no seu dia-a-dia” (FREYRE, 1982, p. 71).

Na foto 23 temos o cultivo de hortaliças e algumas árvores frutíferas no espaço urbano de Água Branca. Essa plantação localiza-se na propriedade denominada de Engenho e Restaurante São Lourenço, segundo o agricultor as hortaliças são destinadas a princípio para o consumo do restaurante, somente o excedente da produção é comercializado na feira local. Nas fotos 24 e 25 temos o cultivo de milho e mandioca (macaxeira) também no espaço urbano. As plantações são encontradas no Bairro Novo e destinam-se ao próprio consumo das famílias que as cultivam. Na foto 26, percebemos a existência de alguns pomares circundando a cidade.

Foto 23: Cultivo de hortaliças na cidade de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 24: Cultivo de milho na cidade de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 25: Cultivo de mandioca (macaxeira) na cidade de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2014)

Foto 26: Pomares circundando o espaço urbano de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Essas fotos contradizem as definições de muitos autores sobre o uso e ocupação do solo urbano. Bagli (2010) por exemplo, escreve que no urbano o solo não é utilizado para fins de produção rural, e sim nele são edificados os meios que vão caracterizar o urbano (prédios, lojas, casas, ruas, praças, etc.). Para Bernardelli (2010, p. 35) "o caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não agrícolas presentes, ou seja, a análise das atividades a que se dedicam os habitantes concorre para uma maior distinção do seu entorno[...]". Portanto, destacamos que em Água Branca, além de muitos moradores estarem vinculados as atividades agrícolas e agropecuárias, ainda reproduzem essas práticas no espaço urbano.

Na foto 27 temos a feira livre de Água Branca, um espaço caracterizado sobretudo, pelas relações de trocas, seja econômico ou social. A feira de Água Branca como é conhecida, acontece no dia de segunda-feira entre as 05 h 00m e 15h 00min. Segundo Tavares (2017, p. 25) "é espaço de comercialização antigo e popular, que permanece atuante na economia de diversos municípios brasileiros no período atual, exercendo significativa importância na vida urbana e regional". A feira representa não só a vida econômica da cidade (lugar das principais trocas comerciais), além disso é, um local de encontro de pessoas, do encontro com compadres e comadres, com os familiares, com amigos, é um espaço de intercâmbios culturais, econômicos e sociais. É também, um espaço repleto de oportunidades, citemos por exemplo, o agricultor que utiliza esse espaço para comercializar seus produtos: farinha, feijão, milho, hortaliças etc. A feira proporciona em um único espaço a mistura de saberes, crenças e modos de vida. Ao analisarmos a feira de Água Branca, encontramos diversos elementos que corroboram essa

diversidade, temos como exemplo, os agricultores que trazem seus saberes populares através de suas ervas medicinais, os lambedores, raspa de pau, dentre outros remédios ditos “do mato”. Temos também o vendedor de caldo de cana *in natura* (foto 28), as mandioqueiras que comercializam os produtos derivados da mandioca (tapioca, bolos, polvilho, pé de moleque, etc.) revelando um modo de vida, associado ao rural. Em oposição temos o padrão de vida urbano, representado pelo comercio formal, com seus produtos industrializados. Enfim, a feira livre de Água Branca é essa mistura de cultura, de cheiros e sabores, um espaço que proporciona a integração entre o rural e urbano. Esses aspectos são descritos por Freyre (1982) de “desenvolvimento combinado”, ou seja, uma combinação de realidades no mesmo espaço.

Foto 27: Feira livre na cidade de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 28: Agricultor vendendo caldo de cana na feira livre de Água Branca

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

O que Freyre (1982) busca com esse conceito não é o fim do rural, nem do urbano, e sim, um desenvolvimento espacial que contemple as duas realidades. O autor busca uma superação da dualidade espacial e social historicamente construída, refletida da dicotomia “espaço rural e espaço urbano, gente rural e gente urbana, como o urbano tendendo a ser o “primo rico” e o rural, o “primo pobre” (FREYRE, 1982, p. 36). Segundo Froehlich (2000, p. 11) “não se pode negar a sua lúcida contribuição às reflexões que postulam um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil, seja através de sua recorrente preocupação com a temática ambiental/ecológica, seja mais concretamente na busca de formulações mais equilibradas para o planejamento sócioespacial, como a pretendida na ‘rurbanização’”.

Assim, acreditamos que enquanto o rural e o urbano em Água Branca forem abordados sob à perspectiva dualista, com aplicação de políticas públicas distintas, na maioria das vezes direcionadas apenas a cidade, o município não conseguirá a melhoria na qualidade de vida da

população. É preciso entender que esse pequeno município, localizado no semiárido brasileiro é essencialmente rural. Seu território é rural, sua população é rural, sua economia é rural, dessa forma, o que se deve buscar é uma maior integração entre esses espaços. Deve-se buscar um olhar integrador, superar os preconceitos criados sobre o rural, trata-lo de igual para igual com o urbano, compreendendo-os em sua totalidade, sem esquecer as particularidades.

3.6. A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO - ÁGUA BRANCA/AL

A construção deste subcapítulo foi, para nós, uma tarefa extremante desafiadora. A falta de dados e informações sobre a comunidade Serra do Cavalo tornou-se um dos principais desafios a ser superado. Assim, numa perspectiva desbravadora, buscamos através de entrevista e pesquisa de campo, os elementos essenciais para compreensão do nosso campo de pesquisa.

Optamos pela entrevista e pesquisa de campo como instrumentos de coleta de dados, pois a metodologia do trabalho é de natureza qualitativa e, nesse processo a obtenção dos dados acontece "[...] pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo" (GODOY, 1995, p. 58). A entrevista possibilita situações de contato entre o entrevistado e o pesquisador. Acreditamos que o 'olho a olho', os comprimentos iniciais, a explicação do teor da entrevista, humaniza o processo e consequentemente cria-se uma maior abertura por parte do entrevistado.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 195) "a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obter informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional". A entrevista, nesse contexto, é um instrumento essencial no processo de investigação social. Outro aspecto que foi central em nossa escolha pela entrevista é o fato de poder ser aplicada em pessoas que não sabem ler ou escrever, portanto pode ser utilizada em todos os segmentos da população, sejam pessoas alfabetizadas ou não.

Nesse trabalho escolhemos a entrevista não estruturada, visto que, nesse tipo de entrevista "o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão" (2 Id., 2003, p. 197). Após a escolha do tipo de entrevista, procuramos uma modalidade que fosse condizente com nossa realidade estudada, portanto, escolhemos a *"entrevista focaliza",* nessa modalidade o pesquisador não fica preso a questões especificas, existe um "[...] roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a

uma estrutura formal" (3 Id., 2003, p. 195). O trabalho de campo também foi essencial nesse processo, pois nos permitiu uma aproximação entre os aspectos teóricos já discutidos, os relatos dos moradores e a realidade da comunidade.

As entrevistas (anexo 04) foram aplicadas a 15 idosos da comunidade. Para seleção da nossa amostra, utilizamos a *amostragem não probabilística*, definida como "procedimento de seleção segundo o qual cada elemento da população não tem a mesma probabilidade de ser escolhido para formar a amostra" (POCINHO, 2009, p. 25). A seleção da amostragem foi do tipo *intencional ou por julgamento*, ou seja, realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador. Para isso, utilizamos dois critérios, a saber: *a- idade, b- participação na vida coletiva da comunidade*. Nesse processo contamos com o auxílio dos agentes comunitários de saúde da comunidade Serra do Cavalo: José Santana Filho, Erinaldo Vilela e Edivaldo Alves dos Santos.

Inicialmente contabilizamos o número total de habitantes da comunidade, chegando a uma população de 1.300 habitantes. Como nossa população é muito grande e nosso objetivo foi entrevistar os moradores mais antigos da comunidade resolvemos criar a princípio um grupo de pessoas com idade entre 60 e 90 e depois um subgrupo com idade entre 70 e 90, para assim, aplicarmos o segundo critério.

Ao aplicamos o primeiro critério (*idade*), obtivemos uma amostra de 111 moradores com idades entre 60 e 90 anos. Utilizando mais uma vez o critério (*idade)*, agora selecionando os moradores entre 70 e 90 anos, obtivemos uma amostra de 48 moradores. Após a aplicação do critério idade, passamos a utilizar o segundo critério (*participação na vida coletiva da comunidade)*, uma vez que, nosso objetivo foi resgatar informações necessárias para construção da historiografia da comunidade e acreditarmos que os moradores mais antigos e participativos na comunidade poderiam contribuir como esse resgate histórico. Para aplicação do segundo critério contamos novamente com a ajuda dos agentes comunitários de saúde. Assim, em parceira com os pesquisadores foram selecionados 15 moradores com idades entre 70 e 90 anos e que, de alguma forma participaram da vida da comunidade.

Para além das entrevistas aos 15 moradores selecionados, realizamos uma entrevista com alguns professores, também considerando a idade e o tempo de serviço na comunidade. Realizamos ainda entrevistas com alguns agricultores; visitas de campo na comunidade; e registro fotográfico. Sempre como o foco no nosso objetivo inicial, que é resgatar a historiografia da comunidade Serra do Cavalo.

3.6.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A história da formação da comunidade Serra do Cavalo está relacionada aos aspectos físico-naturais da região. Segundo relatos dos moradores mais antigos, a produção agrícola sempre foi o grande potencial da comunidade. Acreditando que a qualidade do solo, a disponibilidade de água e os aspectos climáticos, foram fundamentais para a permeância dos primeiros moradores na comunidade. Conforme Melo (1988, p. 53), as áreas de brejos de altitude são essências para ocupação humana, são nesses espaços que,

> [...] a melhoria das condições e dos recursos naturais representa um aumento de favorabilidade para a presença do homem e para as atividades humanas. As lavouras se desenvolvem e condicionam o surgimento das populações, como seus reflexos sobre a estrutura fundiária e sobre os tipos de organização a socioeconômicas.

No caso da comunidade Serra do Cavalo, o cultivo da mandioca foi desde o início o grande pilar de sustentação da comunidade. Em entrevista a agricultora Maria do Socorro de Jesus[6], de 80 anos (foto 29), relatou que, *"a mandioca e a história da Serra do Cavalo, sem mandioca não tem Serra do Cavalo".* A mandiocultura, nesse contexto, é uma referência da comunidade. Acreditamos que a mandiocultura surgiu na comunidade através dos povos indígenas que circundavam a região naquele período, por exemplo, as tribos de Tacaratú-PE. Dentre os 15 entrevistados, apenas o agricultor José Pereira Lima[7], de 88 anos (foto 30), relatou que a sua família tem origens indígenas, "q*uando eu era criança, minha mãe me contava que minha bisavó foi pega a dente de cachorro, no mato, nas bandas de Tacaratú"*. A essa expressão utilizada por Jose Pereira significa que sua avó era índia, pertencia a alguma tribo de Tacaratú-PE.

Foto 29: Maria do Socorro de Jesus

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Foto 30: José Pereira Lima

Autor: SANTOS, F. P (2018)

[6] Maria do Socorro de Jesus, entrevia concedida à Fábio Pereira dos Santos em julho/2018.
[7] Jose Pereira Lima, entrevia concedida à Fábio Pereira dos Santos em junho/2018.

Maria Leonor de Melo[8], de 87 anos (foto 31) também relatou que parte da sua família tem origens em Pernambuco, porém não chegou a afirmar se tinham origens indígenas, *"meu pai morava no Pajeú* [Pajeú é atualmente um povoado de Pariconha, fica bem próximo as aldeias indígenas da região], *minha mãe morava no Moxotó, próximo a Caraibeiras-PE, quando eles se casaram foram morar no Pajeú, eu só vim morar aqui quando tinha 17 anos, não era assim, meu fio, tinha muito mato, poucas casas".* José Pereira da Silva[9], de 75 anos (foto 32), também relatou que sua família tem origens em Pernambuco, *"a família de meu pai é de Serra Talhada, uma parte veio morar aqui e a outra ficou lá".*

Foto 31: Maria Leonor de Melo

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Foto 32: José Pereira da Silva

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Em ambos os casos, as origens das famílias dos entrevistados são da região de Pernambuco. O fato de Água Branca e Pernambuco fazerem fronteiras na região oeste, pode ter facilitado o acesso de pessoas indígenas ou não para ambas as regiões, notadamente para as serras onde situa-se a comunidade Serra do Cavalo. Além disso, cabe destacar que, Água Branca no período do Brasil Colônia, séculos XVI e XVII, pertencia ao território de Pernambuco (FEITOSA, 2014), pois, Alagoas ainda era província. A partir do que foi exposto, podemos considerar que a comunidade Serra do Cavalo pode ter surgido antes mesmo do desmembramento entre Alagoas e Pernambuco, e ser um dos primeiros núcleos de povoamento dessa região. A localização estratégica da comunidade Serra do Cavalo tornou essa comunidade como um dos locais de descanso do bando de Lampião quando desciam as serras em direção ao riacho Moxotó. Segundo a agricultora Maria José de Melo de Lima[10], de 55 anos, *"meu avô Manoel de Souza, contava que lampião passava com seu bando na comunidade e pedia pernoite a seu pai (o pai de Manoel de Souza). Meu avô dizia que matavam bode, galinhas e davam*

[8] Maria Leonor de Melo, entrevia concedida à Fábio Pereira dos Santos em junho/2018.
[9] José Pereira da Silva, entrevia concedida à Fábio Pereira dos Santos em junho/2018.
[10] Maria José de Melo Lima, entrevista concedida à Fábio Pereira dos Santos em julho/2018.

janta a Lampião. Quando era bem cedinho, eles saiam serra a baixo, iam para as bandas do Moxotó". Sobre a passagem de Lampião na comunidade, Feitosa (2014, p. 80) escreve que, "a Serra do Cavalo, em Água Branca, foi a tora preferida de Lampião, que contava com Corisco, conhecedor do caminho, e viu a facilidade que a região oferecia em cruzar fronteiras, pois, o riacho Moxotó estava bem próximo deles, separando Alagoas de Pernambuco". Nesse período, os moradores da comunidade se sentiam amedrontados, pois, a fama que lampião já tinha era conhecida por toda a região".

Acreditamos que história da comunidade Serra do Cavalo é muito antiga, porém, foi perdida com a morte dos seus primeiros moradores. Buscamos, através dos relatos coletados os traços centrais de sua formação, seja nos aspectos históricos, sociais ou econômicos.

3.6.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

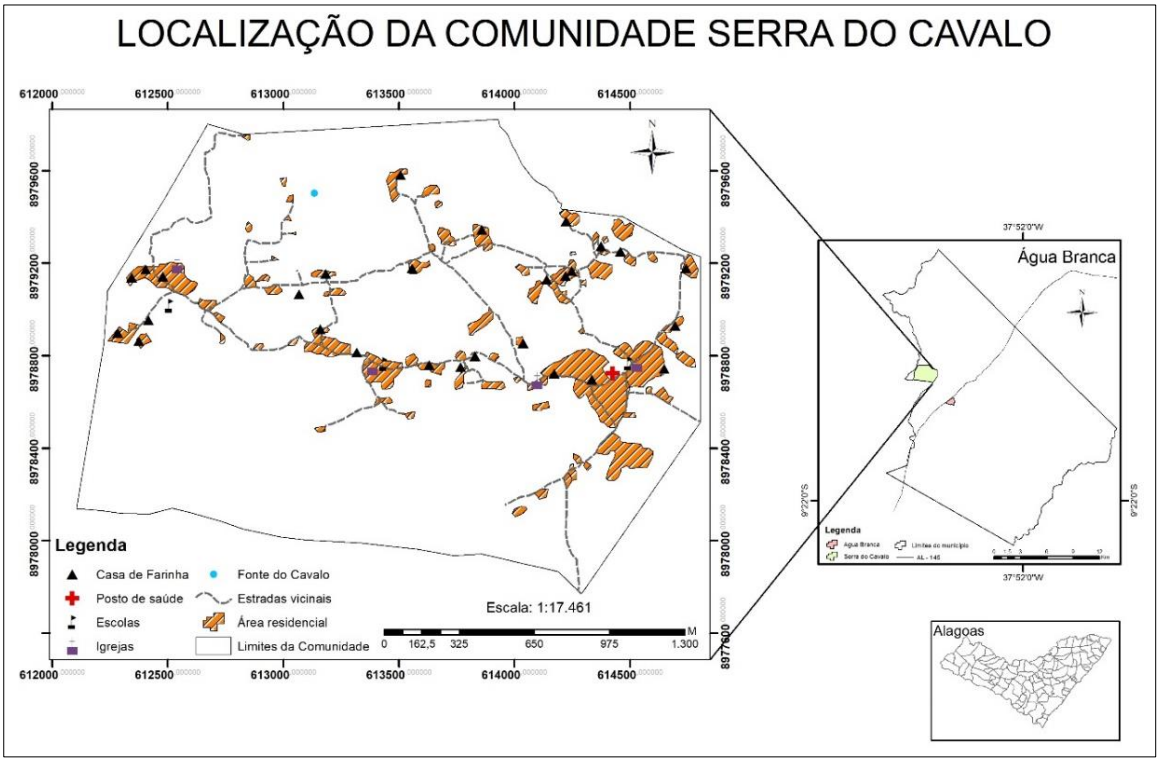
A comunidade Serra do Cavalo está localizada no município de Água Branca/AL (mapa 03), há aproximadamente 750 metros de altitude. Geograficamente, está situada entre as coordenadas 9º14'14,11" de latitude sul e 37º58'04,22" longitude oeste, a uma distância de 15 km da sede do município. Segundo informações dos agentes comunitários de saúde (2018) a comunidade tem aproximadamente 1.300 habitantes. O acesso a comunidade se dá pela AL-145 sentido Mata Grande, no entroncamento do povoado Tatajuba.

A comunidade Serra do Cavalo é composta por cinco pequenos núcleos de povoamentos, sendo: Serra do Umbuzeiro, Umbuzeiro de Baixo, Casa Nova, Serra dos Cordeiros e Serra do Meio (foto 29). Essa singularidade na conformação espacial é resultado de muitas divergências e jogo de interesses, sobretudo nos âmbitos econômicos, sociais e políticos.

Outrora, o nome Serra do Cavalo era utilizado somente para indicar uma pequena comunidade que se localiza na área central da região serrana, conhecida atualmente como Serra do Meio. Segundo José Pereira da Silva, nem sempre a nomenclatura 'Serra do Cavalo' foi utilizada para dar nome a todas as serras. Isso aconteceu porque foi fundada uma associação de moradores denominada "Associação Comunitária da Serra do Cavalo" com sede na própria comunidade. Com o passar dos anos por divergências políticas a sede da associação foi transferida para uma outra comunidade, conhecida como Serra do Umbuzeiro. Nesse processo de transição não houve alteração na nomenclatura da associação e o nome Serra do Cavalo começou a ser utilizado também para designar a comunidade onde se instalou a sede da organização. Para José Pereira da Silva, houve muitos interesses nessa mudança da sede da

associação, pois *"os projetos que a associação começava a receber, ficava tudo naquela comunidade, a verdadeira Serra do Cavalo foi esquecida".* Segundo José Pereira Lima, um dos primeiros projetos implantados na comunidade foram trazidos pelo Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas – EMATER/AL[11], e tinham como objetivo a construção de cisternas na comunidade. Infelizmente o projeto foi implantado na Serra do Umbuzeiro, pois, os dirigentes da associação diziam que lá era a Serra do Cavalo, *"isso dava maior visibilidade aquela comunidade, enquanto o restante ficava esquecido".*

Figura 33: Mapa de localização da comunidade Serra do Cavalo, Água Branca/AL[12]



Autor: SANTOS, F. P. (2018) / Fonte de dados: IBGE, ZAAL. Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 / UTM 24S

Em conformidade com José Pereira da Silva e José Pereira de Lima, temos o relato de Maria do Socorro de Jesus, ao afirmar que o nome da serra foi usurpado, *"nós passamos um*

[11] O Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas – EMATER/AL - foi criado através da Lei 7.291, de 01 de Dezembro de 2011, com o objetivo de realizar pesquisa agropecuária, prestar assistência técnica, geração e adaptação de tecnologias por meio de metodologias educativas e participativas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em Alagoas (Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrári0, 2018).

[12] No processo de delimitação do mapa nós utilizamos um mapa mental elaborado pelos agentes comunitários de saúde da comunidade (anexo 01). Ao sul e oeste a comunidade faz limite com o município de Pariconha-AL, ao norte com um ligar denominado de Malaquias e no lado leste fizemos uma divisão segundo nosso conhecimento da realidade local, separando a comunidade de dois povoados vizinhos: Jardim e Serra do Lucas.

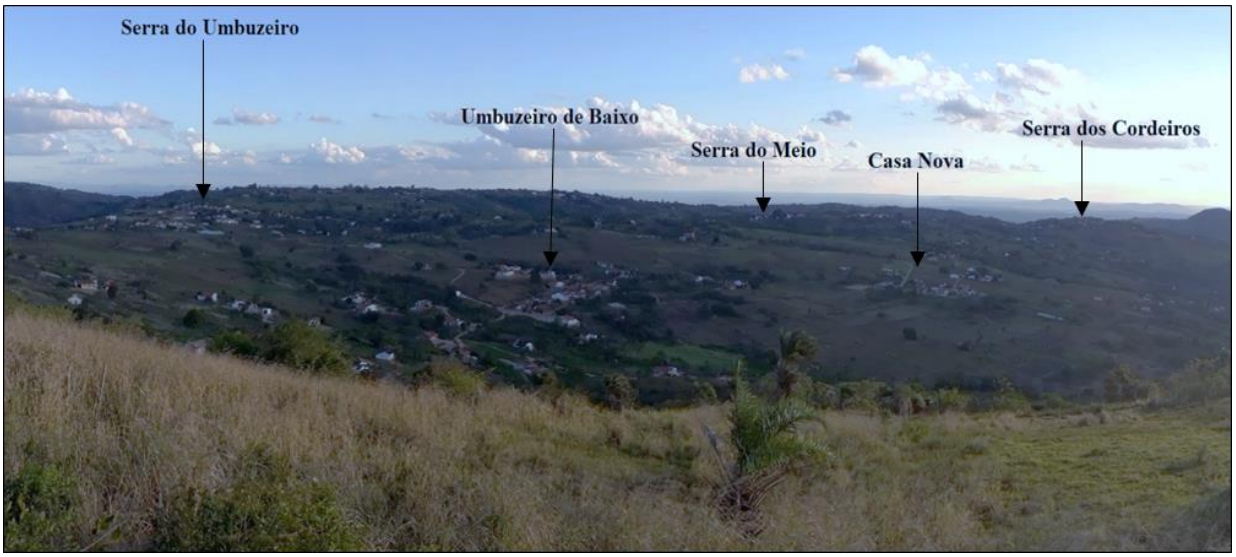
tempão batendo tijolo, queimamos, tudo isso no terreiro de mãe [a casa da mãe de Maria do Socorro fica na Serra do Cavalo] *e quando acabar levaram tudo para a Serra do Umbuzeiro, ai fizeram a escola que era da Serra do Cavalo lá, dizendo que lá era a Serra do Cavalo".* Maria do Socorro também relatou que quando foram implantar a rede de energia elétrica na comunidade só fizeram isso no Umbuzeiro, *"houve uma concentração de várias coisas no Umbuzeiro, por que acham que a Serra do Cavalo é lá, e o restante das comunidades são esquecidas".* É notório na fala dos entrevistados essa magoa sobre a mudança no nome da comunidade, e também essa referência ao esquecimento dos outros povoados.

Após essas entrevistas ficamos intrigados sobre essa mudança na nomenclatura das comunidades e, através de pesquisas, identificamos dois documentos que confirmam os relatos dos entrevistados. O primeiro é a folha (SC.24-X-C-III) produzida pelo Serviço de Geografia do Exército Brasileiro em 1996 (anexo 02), onde identificamos apenas dois nomes de povoados na região, a Serra do Umbuzeiro e a Serra dos Cordeiros. O segundo documento foi adquirido através da Secretaria Municipal de Educação de Água Branca, intitulado "inicio de funcionamento das escolas nos povoados de Água Branca" no documento constavam os anos de implantação das séries e seus respectivos locais onde foram implantados.

Ao analisarmos o documento identificamos que a primeira comunidade a ser implantada uma sala de aula foi a comunidade Serra do Cavalo, isso em 1955, com a oferta da 1ª e 2ª série. Somente em 1978 foi ofertado a 1ª série na comunidade Serra do Umbuzeiro, e por último foi implantada a 2ª série na comunidade Serra dos Cordeiros, isso em 2004.

Nesse sentido, tomando como base o relato dos entrevistados, e também, nos documentos apresentados, cabe afirmar que a nomenclatura Serra do Cavalo não surgiu para designar todo o conjunto de comunidades, a mudança ocorreu diante de interesses particulares, causando naquele período muita revolta, e atualmente muito criticado por muitos moradores, sobretudo pela concentração nos investimentos do poder público municipal, deixando das outras comunidades no esquecimento.

Foto 34: Comunidade Serra do Cavalo



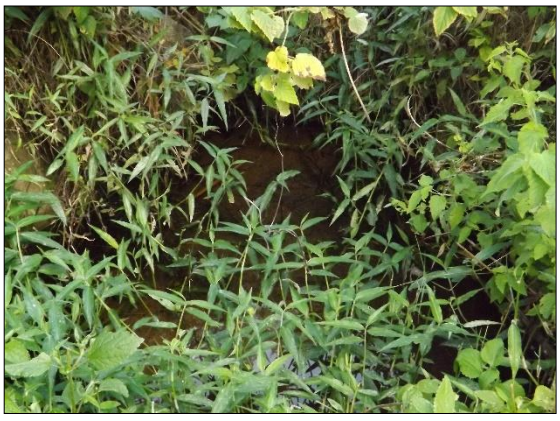
Autor: SANTOS, F. P. (2018)
Adaptação: SANTOS, F. P. (2018)

O nome Serra do Cavalo é advindo de uma nascente da água claras da região. Segundo a agricultora Maria José da Conceição[13], de 80 anos (foto 35) vizinha da fonte há mais de 50 anos, sua avó dizia que, a fonte era utilizada pelos moradores locais para consumo dos animais. *"Meus avos contavam que todo mundo vinha dar de beber aos cavalos nessa fonte. Diziam assim: vamos para a fonte do cavalo dar água aos cavalos"* e assim como o passar dos anos a fonte foi associado aos cavalos e tornando-se fonte do cavalo (foto 36). Posteriormente, a serra onde está situada a nascente também passou a ser chamada de Serra do Cavalo.

Foto 35: Maria José da Conceição

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 36: Nascente da fonte do cavalo, na comunidade Serra do Cavalo



Autor: SANTOS, F. P. (2018)

[13] Maria José da Conceição, entrevia concedida em junho/2018.

Atualmente, ainda existem mais divergências sobre a nomenclatura da comunidade. Porém, os moradores habituaram-se a utilizar a nomenclatura Serra do Cavalo para designar todas as comunidades (Serra do Umbuzeiro, Umbuzeiro de Baixo, Casa Nova, Serra dos Cordeiros e Serra do Meio), isso ocorre principalmente ao se localizarem fora da comunidade. Segundo Noêmia Rodrigues Lima, *"quando a gente está em Água Branca ou outro lugar fora daqui a gente diz que mora na Serra do Cavalo, mas quando a gente tá aqui na comunidade não usa mais esse nome, diz assim: vou para Serra do Meio, ou do Umbuzeiro, e assim por diante".* Nesse contexto, fazendo uma comparação grosseira, podemos dizer que o nome Serra do Cavalo pode ser comparado ao de uma cidade, e as comunidades, aos bairros. Assim, o correto é usar a nomenclatura Serras do Cavalo.

3.6.3. AS RELAÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS (SOCIOECONÔMICAS) QUE DEFINEM A COMUNIDADE SERRA DO CAVALO, ÁGUA BRANCA-AL

As atividades produtivas desenvolvidas na comunidade Serra do Cavalo são advindas do setor agrícola. O cultivo de lavouras temporárias (milho, feijão e mandioca) atribuíram a comunidade a função de celeiro agrícola da região. A estrutura fundiária da comunidade é caraterizada pela pequena propriedade rural. As técnicas utilizadas na produção são de bases tradicional, herdadas de geração em geração.

Na comunidade Serra do Cavalo a agricultura é a base de sustentação da vida. Desde de suas origens a comunidade têm na agricultura, sobretudo na produção da farinha de mandioca, a principal fonte econômica. O sistema de produção é caracterizado pela parceria agrícola, conhecido popularmente como, *sistema meeiro*[14]. Na comunidade a parceria é efetuada por um contrato (verbal) entre ambas as partes. Nesse contrato são explícitas as condições necessárias para a produção em parceria. O agricultor (outorgado) fica responsável pelo preparo da terra, pelo plantio e por todo o processo de cultivo da lavoura até o período da colheita. O proprietário (outorgante), fornece somente a terra a ser cultivada e, ao final da produção faz a colheita de sua parte. A forma de pagamento pelo uso da terra no sistema meeiro se dá mediante a divisão em partes iguais de toda a produção obtida.

De acordo com o agricultor José Pereira Lima, *"o trabalho meeiro é muito explorador, o agricultor não se desenvolve, sempre vai trabalhar para duas pessoas, par ele e o dono da terra".* O mesmo, também relatou que passou 21 anos trabalhando como meeiro nas terras de uma família da comunidade. Nesse período, o pagamento pelo uso da terra ocorria de duas maneiras. Nos primeiros 06 anos teve que trabalhar de 03 a 04 dias todos os meses na propriedade do dono da terra. E nos 15 anos seguintes teve que dividir sua produção como forma de pagamento pela terra. Em ambos os casos o agricultor se submete à vontade e aos interesses do proprietário da terra.

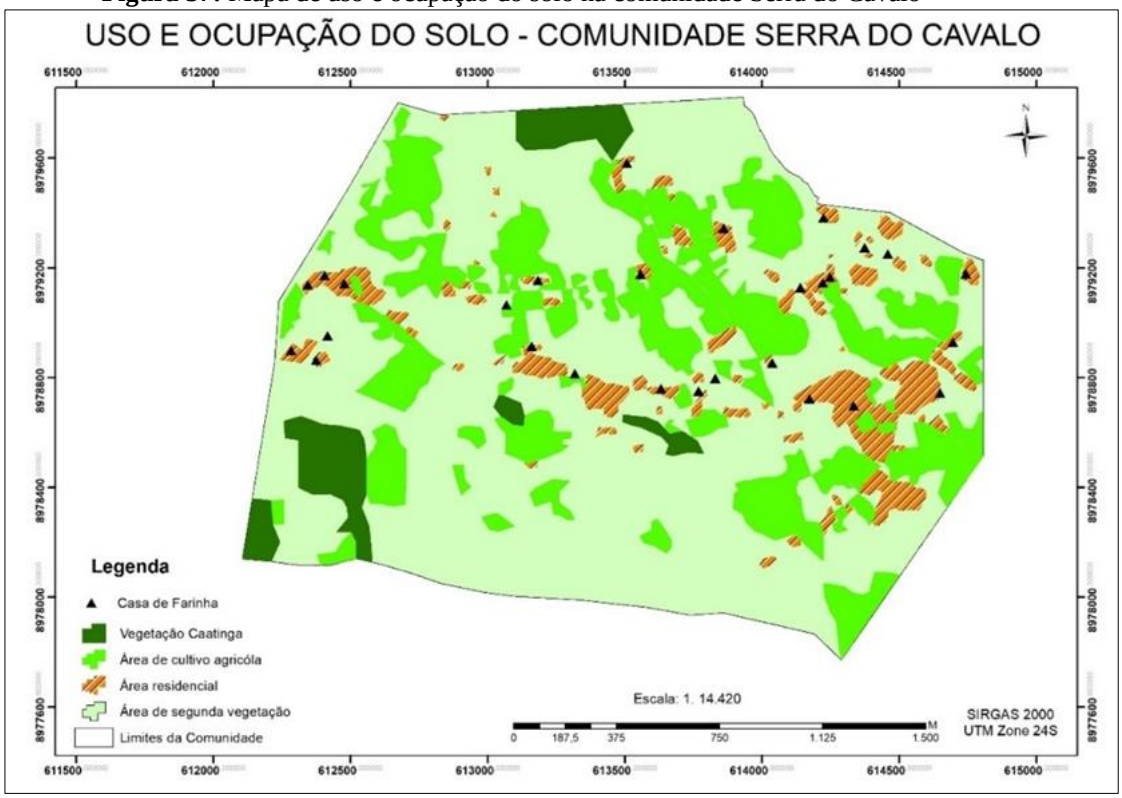
Para o agricultor José Pereira da Silva, a realidade não foi diferente, relatou que o trabalho meeiro sempre foi a saída encontrada por sua família para garantir a sobrevivência. *"A gente nunca teve terras, sempre teve que pedir favor aos outros, meu pai e eu sempre trabalhamos de ameia, foi sempre assim".* A fala do agricultor é uma realidade em muitas

[14] O sistema parceria agrícola tem por base legal no Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30-11-1964), o sistema de parceria rural divide em: "Parceria agrícola; Parceria pecuária; Parceria agro-industrial; Parceria extrativa e Parceria mista, quando sua finalidade abrange mais de uma das modalidades de parceria rural. Nesse processo as relações de produção ocorrem através da parceria entre o agricultor e o proprietário da terra.

comunidades rurais, o processo de concentração fundiária não permite que as famílias tenham acesso à terra para dela retirar sua fonte de sobrevivência. Nesse sistema a família não tem estabilidade, pois, não se sabe ao certo o tempo de permanência na propriedade que trabalha. E mesmo cultivando a terra, ainda falta algo para o agricultor, ou seja, o sentimento de pertencimento, nesse caso acontece pelo fato de não ser o "dono" da terra. Segundo José Pereira Lima, ouvia dos mais velhos que a área onde hoje é a Serra do Cavalo era um grande latifúndio, *"as terras pertenciam a três donos, Anselmo Soares, Isidoro Rodrigues e Miguel Correia"*. Com o passar dos anos e com a constituição das famílias, as terras foram divididas, porém, ainda hoje uma grande parte dos agricultores dependem do trabalho meeiro para sustentar suas famílias.

Ao analisarmos o uso e ocupação do solo na comunidade (figura 37) percebemos a forte ligação da população no trabalho com a terra. Através do mapeamento realizado identificamos três características comuns para o uso do solo. O primeiro é o uso para ocupação humana (construção de moradia, escolas, igrejas, posto de saúde, estradas). O segundo é o uso agrícola (cultivo de mandioca, milho, feijão, feijão de corda, etc.). E por fim, um uso secundário, nessas áreas estão inseridas as pastagens, a vegetação secundaria, as árvores frutíferas, etc.).

Figura 37: Mapa de uso e ocupação do solo na comunidade Serra do Cavalo



Autor: Fábio Pereira dos Santos
Data: 2018

Queremos destacar que a maior parte do solo da comunidade é destinado ao cultivo agrícola. Dentre as principais culturas agrícolas produzidas na comunidade temos: o milho, o feijão e a mandioca. O plantio do feijão e do milho (fotos 38) acontece entre os meses de maio e julho e por ser uma cultura de ciclo pequeno, são colhidos entre os meses de agosto e setembro. O plantio da mandioca (foto 39) ocorre entre os meses de junho e julho, por ter um ciclo produtivo mais longo, a colheita só ocorre após 18 ou 24 meses. Nas fotos 40 e 41, temos os agricultores Roberto Balbino, 48 anos, juntamente com sua esposa Ivani Soares, 39 anos, "batendo feijão", a expressão 'bater feião' significa separar o grão (feijão) da planta. O processo acontece de maneira tradicional, com o auxílio de um pedaço de madeira, chamado de facão. Essa atividade tem início no mês de agosto e termina no início de setembro, e é realizado por todo o grupo familiar.

Conversando com os agricultores eles relataram que, a colheita foi feita a poucos dias, normalmente a bata do feijão acontece no mesmo dia em que é colhido, mas devido ao mau tempo no dia em que o feijão foi "arrancado", o casal optou por armazenar o feijão e só bater quando tivesse um dia "ensolarado". Os agricultores também relataram que o feijão tinha que ser batido naquele dia, *"meu fio a lua vai passar, e não adianta bater feijão na lua nova, o feijão não tem resistência, enche de bicho e também mingua, por isso temos que bater hoje",* relatou Roberto Balbino. Os saberes tradicionais expressos pelo agricultor são passados de geração em geração e assumem na comunidade uma verdade absoluta, incontestável. Essa relação da produção agrícola com as fases da lua, por exemplo, é seguida por todos os agricultores, assim, a depender das fazes da lua, não se pode bater o feijão, plantar mandioca, extrair madeira, etc. A expressão *"minguar"* utilizada pelo agricultor significa que o feijão vai diminuir em quantidade, não vai apresentar um rendimento significativo.

Foto 38: Roça de feijão e milho na comunidade Serra do Cavalo

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 39: Roça de mandioca na comunidade Serra do Cavalo

Autor: Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Fotos 40 e 41: Agricultores batendo feijão na comunidade Serra do Cavalo

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

A cultura da mandioca também tem uma importância extraordinária na vida da comunidade. É antes de tudo, um símbolo de resistência, junto com a raiz, cultiva-se os saberes, a vivência, isso é passado de gerações e gerações. Segundo Nogueira e Waldeck (2006, p. 10) a mandioca "[...] oculta uma tradição ancestral cujos saberes tradicionais, sedimentados por gerações, constituem o patrimônio de inúmeras coletividades rurais que têm na agricultura familiar e na produção de mandioca o seu meio de subsistência". É uma cultura agrícola 'mãe', que mata a fome, provoca o mínimo de desenvolvimento no meio rural, porém, em muitos casos, se torna invisíveis aos olhos urbanos.

Atualmente a comunidade possui cerca de 28 casas de farinha (figura 36). A casa de farinha (foto 42) é o principal local de beneficiando da mandioca, é nesse espaço que termina o ciclo do cultivo da mandioca e se inicia o ciclo do processamento da raiz, originando o principal produto, a farinha. Todo o trabalho é feito de modo artesanal, realizado pelo grupo familiar e também com a ajuda de vizinhos e amigos.

O processo de produção se inicia com a coleta da raiz (mandioca) na roça. O transporte é feito com burros e, em alguns casos, com o auxílio de D20[15]. A raspagem sempre acontece no período da tarde, pois, a parte da manhã é destinada para a coleta e transporte da mandioca e para a extração da madeira utilizada na torragem da massa. Após a coleta é feito o descascamento da raiz, em seguida, a raiz é ralada, após a ralação as mulheres fazem um processamento chamado de *"lavar massa"* nesse processo acontece a extração da goma ou tapioca. Depois que isso acontece, a massa obtida pela ralação da raiz passa por uma prensa,

[15] A D20 é o transporte mais utilizado na comunidade, seja para deslocamento de pessoas ou de cargas.

onde ocorre a separação entre a manipueira[16] e a massa. Em seguida é realizado o peneiramento da massa, por fim, é levada ao último estágio do processo, a torração. Após a torração, a farinha é ensacada e comercializada.

Esse modo de produzir farinha é utilizado desde a implantação das primeiras casas de farina na comunidade, é um modo particular utilizado na comunidade, passado de pai para filho. Porém, como descreve Nogueira e Waldeck (2006) existem uma diversidade de casas de farinha no Brasil, cada uma retratando a seu modo, contexto sociocultural que se insere, no entanto, "guardam semelhanças no que diz respeito ao encadeamento das etapas nos modos de fazer a farinha, remanescentes da tradição indígena, na natureza coletiva da atividade e na sociabilidade intensa entre os participantes" (NOGUEIRA E WALDECK, 2006, p. 14).

Foto 42: Casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Na foto (43) tem uma raspagem de mandioca na casa de farinha de dona Bibia, uma das casas de farinhas mais antigas da comunidade. Nessa visita nos deparamos com um grupo de mulheres e também alguns homens no processo de raspagem da mandioca. Constatamos que o trabalho ali desenvolvido se deu de modo voluntário, as 'raspadeiras de mandioca' estavam ajudando o agricultor Antônio Balbino, 58 anos na sua "farinhada", sobretudo, na retirada da casca da mandioca. Essa prática é conhecida como trabalho em mutirão é muito comum na comunidade.

Em nossas analises percebemos que a casa de farinha é bem mais que uma simples fábrica de fazer farinha. É um local onde diversas relações sociais acontecem, é o local do encontro de vizinhos, com os familiares e amigos. É um espaço também para o diálogo, onde

[16] A manipueira é o liquido extraído da mandioca quando ela é prensada no processo de fabricação da farinha. Tanto a mandioca quanto esse líquido contém ácido cianídrico, venenoso e nocivo à alimentação humana e animal (EMBRAPA, 2018).

são discutidas diversas temáticas, desde política, religião, novelas, uso do celular, avisos de interesses da comunidade, jornal, fatos reais ou fictícios, etc., é um local de tempestades de ideias. Concordamos com Nogueira e Waldeck (2006, p. 10) ao escreverem que "as casas de farinha são para as coletividades rurais uma referência essencial, lugar por excelência de encontro, de cooperação, núcleo de saber e aprendizado, de expressão da vida coletiva". A casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo, guarda a própria essência da comunidade.

Embora, a maior parte da produção de mandioca da comunidade seja destinada à fabricação de farinha, outros produtos também são produzidos no processamento da mandioca. Destacamos a produção do amido, na comunidade é conhecida por "tapioca ou goma", a tapioca é utilizada na comunidade para produção de diversas iguarias, como: beiju, beiju na palha de bananeira, o malcasado, bolos, e os pés de moleques (foto 43), todos alimentos essenciais na culinária local.

Foto 43: Raspagem de mandioca na casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Foto 44: Produção de beiju, beiju na palha de bananeira, e pé de moleque na casa de farinha na comunidade Serra do Cavalo

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Além da agricultura, algumas pessoas trabalham na criação de animais como: bovinos, suínos e caprinos. Ambos destinados a produção de carne. Os bovinos também são utilizados na produção agrícola, o boi é utilizado para puxar o arado no processo de aração da terra, seja para receber as sementes, no caso do feijão e milho, ou para o plantio da mandioca.

Na comunidade também existem pessoas que desempenham outras funções, além da agricultura ou pecuária. Alguns moradores desempenham cargos públicos como: professores, agentes de saúde, agente de endemias, agente administrativo, etc., alguns na cidade, outros na própria comunidade. Temos também, os trabalhadores sazonais, que passam parte do ano tramalhando canaviais de Alagoas e Sergipe no corte da cana de açúcar. Cerca de 150 homens saem da comunidade todos os anos e vão cortar cana. Passam de 5 a 7 meses e só após esse

período retornam para a comunidade. Com a ausência dos homens, as mulheres assumem a responsabilidade com o trabalho na agricultura, seja no cultivo ou na colheita.

A religiosidade é um elemento marcante na conformação social da comunidade. A religião predominante é a católica, no entanto, existem pequenos grupos associados ao protestantismo. A capela mais antiga da comunidade é dedicada a Nossa Senhora Aparecida e localiza-se na comunidade Serra do Umbuzeiro. De acordo com Souza e Hespanhol (2010) a formação de comunidades rurais é muito antiga e a presença das pequenas igrejas (capelas) são essenciais na organização do espaço.

> [...] a presença da igreja (ou capela) no centro, representando não somente o centro geográfico, mas a centralidade das relações culturais e da sociabilidade. Essa centralidade envolve o local de encontro, de aproximação social, de participação do indivíduo na sociedade, onde o mesmo se reconhece como pertencente ao bairro, como agente que deixou de ser individual e passou a ser coletivo. A socialização de cada indivíduo é enfatizada pela ação do grupo em detrimento do "bem próprio" para o "bem comum" (SOUZA E HESPANHOL, 2010, p. 75 e 76).

A capela é o grande local de confluência na comunidade, notadamente, das relações religiosas. É o espaço onde se procura mais intimidade com o Divino, é o local onde orações, pedidos e agradecimentos são feitos. É o local onde são realizadas as missas, as novenas, os terços é também o ponto de partida e de chegada das procissões com os santos padroeiros. Segundo o pároco local, Padre José Aparecido da Silva[17], 45 anos, o município possui cerca de 50 capelas. Para o padre José Aparecido,

> *"essas capelas trazem um significado muito profundo pra vida daquela comunidade ou daquela família. É o espaço que reúne a comunidade, é um esse espaço onde a comunidade e reunida, tem a força de trazer a comunidade toda para seus momentos de orações. A capela é aquele espaço que movimenta de uma certa forma a vida do povo, semanalmente, quinzenalmente, ou mensalmente eles ali estão para rezarem, para fazerem suas novenas, para ter o seu encontro com a divindade. De uma certa forma a capelinha do santo padroeiro traz toda a comunidade para que reunidos ali eles possam prestar seu culto de adoração a Deus, esse encontro com a divindade. Ela indica o ritmo da comunidade.*

Na comunidade Serra do Cavalo existem duas capelas de santos padroeiros. A primeira como já citado é a capela de Nossa Senhora Aparecida, situada na comunidade Serra do Umbuzeiro. A segunda é a capela da Mãe Rainha, situada na comunidade Serra do Meio. A

[17] Padre José Aparecido da Silva, entrevista concedida em 07/08/2018 para Fábio Pereira dos Santos.

religiosidade do povo nordestino, sobretudo do pequeno agricultor é muito preponderante no modo de vida da comunidade rural. Conforme Bordieu (2001) *apud* Souza e Hespanhol (2010, p. 77) “relações simbólicas [religiosas] manifestadas e desenvolvidas nas comunidades rurais são resultado da própria construção da identidade social ao longo de sua história”.

Segundo o padre José Aparecido da Silva,

> *A religiosidade vai ser [para os agricultores] a força de motivação também para o trabalho, as pessoas desprivadas de tudo, no caso aqui de Água Branca, não recebem assistência de ninguém, nem do poder público, de ninguém, elas encontram essa força motivadora para o trabalho também na fé na religiosidade, então, quando o agricultor se propõem a plantar sua roça ele primeiro olha para o céu e cheio de confiança prepara a terra, põe ali a semente e espera na fé que tudo aquilo produza. Então, a vida do trabalho aqui em Água Branca nas comunidades rurais é movida também por essa fé na divindade. É tanto que depois da colheita eles vem agradecer, eles vêm doar parte do fruto colhido, agradecem a Deus pela colheita que foi feita.*

Nesse contexto, a religiosidade apresenta no meio rural um outro significado, totalmente diferente da religiosidade vivenciada no urbano. Na foto 45, temos uma procissão realizada na festa de Nossa Senhora Aparecida em outubro de 2017. Ao analisarmos a foto percebemos o cuidado das pessoas com a realização da procissão, a banda filarmônica da cidade na frente, após a banda os homens com o andor a altura dos ombros, num sinal de respeito e importância da pessoa que a imagem representa. E por fim, as pessoas com sua devoção seguindo a imagem em procissão, num gesto de fé profunda.

Foto 45: Procissão realizada pelos moradores da comunidade Serra do Cavalo nos festejos da padroeira nossa Senhora Aparecida

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

A comunidade da Serra do Cavalo também apresenta diversos problemas. Acreditamos que essa negligência com que o espaço rural no Brasil foi tratado provocou as inúmeras deficiências na constituição dos núcleos de povoamentos. Porém, existe um problema em específico que queremos denunciar, é a falta de água na comunidade. Esse problema afeta diretamente a população, as lavouras e a criação de animais. O fato de uma comunidade rural, com forte potencial agrícola e pecuária, inserida na Bacia Hidrografia do São Francisco não dispor de água potável, é muito revoltante. E isso, infelizmente deixa os agricultores sujeitos as ações climáticas, pois, o determinismo ambiental ainda é muito presente na comunidade. Assim, em período de muita chuva, por exemplo, os níveis de produção aumentam consideravelmente, a mandioca, por exemplo, se desenvolve rapidamente e encurta seu ciclo de produção, podendo ser colhida em até 12 meses após seu plantio. Porém, em período de estiagem o cenário é outro, as plantações não de desenvolvem e em muitos casos acorre a perda total.

Nesse sentido, acreditamos que novos olhares devem ser direcionados sobre o rural, de maneira especial sobre as comunidades rurais. Um olhar que busque a igualdade das realidades, a rural e a urbana, onde o desenvolvimento da comunidade tenha origens na própria comunidade, pois, não acreditamos que o rural vai desaparecer ou vai se urbanizar totalmente, como aponto muitos autores. Portanto, acreditamos e apostamos como caminho possível, a educação, no entanto, uma educação emancipadora, contextualizada, onde o estudante consiga ser agente transformador de sua realidade.

4. NARRATIVAS DE ESTUDANTES RURAIS NUMA ESCOLA URBANA

Investigar narrativas de estudantes de origem rural numa escola urbana é uma tarefa extremante desafiadora. Ouvir vozes, muitas vezes, desacostumadas a serem ouvidas, imprimiu em nós um duplo desafio: utilizar instrumentos metodológicos capazes de retratar fielmente a realidade dos estudantes, e ao mesmo tempo não os inibir pelo fato de serem os sujeitos da nossa pesquisa.

Nesse sentido, optamos por utilizar questionário e entrevista estruturada como instrumentos de pesquisa. O questionário conforme Lakatos e Marconi (2003) é um instrumento constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Dentre as vantagens na sua utilização destacamos: a maior liberdade do entrevistado em suas respostas; o menor risco de distorção, tendo em vista a não influência do pesquisador no momento das respostas e o maior tempo que o entrevistado tem para responder as questões. Neste trabalho, sua utilização foi essencial, pois nos permitiu um primeiro contato com os sujeitos da pesquisa.

Após o uso do questionário utilizamos a entrevista estruturada. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 197) nesse tipo de entrevista, "[...] o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas". Na entrevista estruturada ocorre uma padronização das questões a serem respondidas, assim, todos os entrevistados são submetidos as mesmas perguntas. O uso desse instrumento foi imprescindível para preenchimento de lacunas expostas pelo questionário. Outro aspecto determinante pela escolha da entrevista é o fato de nesse processo (entrevistar) ocorrer uma aproximação com os sujeitos pesquisados, em alguns casos, permitindo o aprofundando sobre algumas questões. Os questionários foram aplicados na própria comunidade, pois acreditamos que se isso ocorre-se na escola os estudantes poderiam se sentir inibidos, ou até mesmo, pedir ajuda para outro estudante. As entrevistas foram realizadas na própria escola, sempre nos horários de aulas vagas.

Nossa pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, uma das poucas escolas no município a ofertar o ensino médio. Por esse motivo, a maioria dos estudantes da área rural e urbana são concentrados nesta escola. Nesse contexto, a intenção deste capítulo é analisar as narrativas e vivências dos estudantes rurais, notadamente os estudantes da Comunidade Serra do Cavalo que frequentam a referida escola.

Segundo dados fornecidos pela coordenação escolar, ao todo 48 estudantes da comunidade Serra do Cavalo estão matriculados na escola. Os estudantes estão distribuídos nas

três séries do ensino médio, 1º ano (13 estudantes), 2º ano (16 estudantes) e 3º ano (19 estudantes). Optamos por analisar as vivencias dos estudantes do 3º ano. A escolha pela série se deu por dois motivos, a saber: primeiro por ser o último ano da Educação Básica, assim, os estudantes já vivenciaram todo o processo de formação básica, desde a pré-escola ofertado na comunidade até o último ano do ensino médio ofertado na cidade e, segundo, por terem vivenciado por maior tempo as relações urbanas e rurais, expressas no ato de transitar nas duas realidades todos os dias.

O primeiro contato com os estudantes aconteceu na comunidade, nesses encontros explicamos o nosso objetivo com a pesquisa e solicitamos que respondessem o questionário (anexo 03). Nesse primeiro momento, identificamos uma estudante desistente e dois estudantes se recusaram a responder o questionário. Assim, nossa população foi reduzida ao número de 16 estudantes. Para a realização das entrevistas (anexo 05), optamos pela redução da nossa população, para isso, utilizamos o sistema de Amostragem Aleatória Simples (M.A.S.), "a amostragem aleatória simples é uma técnica segundo a qual cada um dos elementos (sujeitos) que compõe a população alvo tem igual probabilidade de ser escolhido para fazer parte de uma amostra" (POCINHO, 2009, p. 15, 16). Para realizar esse processo deve-se enumerar todos os elementos da população e, através de um sorteio obter os elementos que irão compor a amostra desejada. Em nosso caso, optamos por uma amostra representativa de 50% da população. Para isso, realizamos os seguintes procedimentos: *a)* enumeramos os questionários de 1 a 16; *b)* escrevemos os números de 1 a 16 em pequenas partes de papel e colocamos em uma caixa; *c)* retiramos 8 partes, um a um, da caixa, formando a amostra da população. É importante destacar que, nesse processo, todos os indivíduos tiveram a mesma probabilidade de serem selecionados para a amostra.

Queremos esclarecer que por motivos éticos, optamos pela não identificação dos estudantes, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas. Desse modo, para identificar os estudantes, utilizamos o último sobrenome e a idade de cada um. Em casos de sobrenomes iguais utilizaremos após o sobrenome a sequência numérica anteriormente utilizada para a seleção da amostra. As entrevistas (fotos 46 e 47) foram realizadas na própria escola e no intuito de não interferir na rotina dos estudantes utilizamos os horários aula vagas para realiza-las.

Foto 46 e 47: Entrevista com estudantes

Autor: SANTOS, F. P (2018)

Também realizamos visitas na escola, registros fotográficos, observamos as vivências dos estudantes na cidade, sobretudo nas praças: Nossa Senhora do Rosário e na rua Barão de Água Branca, locais onde os estudantes da comunidade Serra do Cavalo aguardam o transporte para o deslocamento até a comunidade. Também realizamos o trajeto, comunidade-escola e escola-comunidade junto com os alunos. E por fim, analisamos o Projeto Político Pedagógico-PPP da escola, bem como, os planos de ensino do professor de geografia, área onde nossa pesquisa está concentrada.

4.1. OS ESTUDANTES EM SEU COTIDIANO

Na comunidade Serra do Cavalo, a oferta da educação básica é realizada pela rede municipal de ensino. São ofertados o pré-escolar I e II da educação infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Existem três escolas, uma localizada na comunidade Serra do Umbuzeiro, outra na comunidade Serra do Meio e a última na comunidade Serra dos Cordeiros. Em ambas as escolas o ensino é gratuito e acessível os estudantes da comunidade. Entretanto, através de uma entrevista Noêmia Rodrigues de Lima, constatamos que esse cenário nem sempre foi assim:

> *"Meu fio agora tem estudo de graça para todo mundo. Mas antigamente as escolas eram pagas, eu não tive muita chance de estudar. O que sei hoje é por que sou curiosa. Naquele tempo, quem queria estudar tinha que pagar, vinham aquelas pessoas de fora e começaram a ensinar as crianças, mas nem todo mundo tinha dinheiro para pagar. Olhe, para você ver como era difícil estudar, quem terminava a quarta série já era considerado professor e já ia ensinar aos outros, era difícil viu".*

A fala da senhora Noêmia Rodrigues Lima retrata uma realidade vivenciada por muitos moradores da comunidade. A precariedade econômica de muitas famílias não permitia que as

crianças frequentassem a escola nessa época. Conforme relatos de muitos moradores, *"nesse tempo, estudar era um privilégio para poucos".*

Não sabemos ao certo quando se iniciou o processo de escolarização gratuita na comunidade. Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação de Água Branca, os primeiros registros de aulas na comunidade são datados no ano de 1955, onde eram ofertadas a 1ª e 2ª série (dados obtidos pelo registo de ata dos professores da época. Também identificamos a existência de uma sala de aula mantida pelo Governo Estadual, isso, em parceria com o município. Segundo a professora Maria Neuza Gomes dos Santos[18], 58 anos, a escola era denominada de Escola Estadual da Serra do Cavalo e funcionou na comunidade por muitos anos. Segundo a professora em 1985 foi designada para ministrar aulas na única sala de aula que existia na comunidade. *"Naquele tempo tudo era difícil, eu morava na Olaria[19], e quando foi convidada para dar aulas nessa escola, pra mim foi um desafio. Eu tinha que vim todos os dias a Cavalo, naquele tempo não tinha nem estrada pra cá. Eu vinha e voltava todos os dias, mas com o tempo acabei conseguindo um lugar para ficar aqui, e só voltava nos finais de semana".* Quando questionamos sobre o processo de escolarização na comunidade a professor relatou que,

> "*Os alunos daqui eram inteligentes, mas como naquele tempo aqui não tinha transporte, os alunos terminavam 4ª série comigo e paravam de estudar, era uma pena, ainda lembro de alguns. Quem queria continuar os estudos tinha que ir a pé para Água Branca, e como todo mundo é da roça, não iam".*

O relato da professora nos ajuda a compreender que esse processo de morar no rural e estudar na cidade não é algo recente. Infelizmente esse deslocamento sempre aconteceu na comunidade. Atualmente, percebemos que as mudanças foram poucas, os estudantes da comunidade continuam estudando os primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano) na comunidade e finalizam (6º ao 9º ano) na cidade, é lá que também estudam todo o ensino médio.

Com as informações obtidas através de questionário e entrevistas aplicados aos estudantes do 3º ano do ensino médio da escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, conseguimos traçar um perfil desses jovens agricultores que, desde muito cedo a vivenciam a dualidade, campo-cidade.

[18] Maria Neuza Gomes dos Santos, entrevista concedida em 02/07/2018 para Fábio Pereira dos Santos.
[19] O povoado Olaria é localizado a uma distância de 03 km da cidade de Água Branca.

Inicialmente constatamos que todas as famílias dos estudantes têm origem rural e se identificam como agricultores. A fonte de renda familiar é advinda do setor agrícola, sobretudo, na produção de mandioca, milho e feijão, e na pecuária, com criação de pequenos animais (galinhas, porcos, cabras,). A maioria das famílias também são beneficiárias de programas assistenciais de transferência de renda do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família e Garantia Safra.

Ao serem questionados sobre o trabalho na agricultura, a maioria dos alunos responderam que já desenvolveram alguma atividade na agricultura. *"Limpamos mandioca, plantamos feijão e milho e várias outras atividades" (Correia, 17 anos).* Outros, responderam que não trabalham na roça, mas ajudam a mãe nos serviços domésticos.

Quando questionados sobre a relação de pertencimento, seja no campo ou na cidade, responderam que pertencem ao campo, pois:

> *"É do campo que a gente tira a renda para nos manter" (Malaquias, 17 anos).*
>
> *"Desde de pequeno sou morador da zona rural, já tenho os costumes e práticas em que um morador do campo é" (Silva, 17 anos).*
>
> *"Mim considero um morador do campo, porquê no campo desenvolvemos várias atividades em que na cidade não podemos desenvolver" (Correia, 17 anos).*

As falas dos alunos revelam dois aspectos importantes. O primeiro é o fato de compreenderam os tipos de relações econômicas desenvolvidas do campo e que são essas atividades (agrícolas) que conseguem manter a família. O segundo aspecto é a compreensão sobre práticas e hábitos que definem o 'homem do campo' ou 'morador do campo', notadamente pelas inferências do contexto ao qual estão inseridos.

Buscando compreender essa vivencia dupla, morar no campo e estudar na cidade, perguntamos aos alunos se eles gostam de morar no campo? Todos responderam que sim, "*é bom morar no campo"*. As respostas na maioria das vezes, têm como questões centrais, "a tranquilidade do lugar, os alimentos saudáveis que são consumidos, o contato com a natureza, as relações de vizinhanças, de amizades". *"Ter o prazer de andar de bicicleta nas estradas que não tem movimento e de comer alimentos que eu sei de onde vem" (Correia, 18 anos)*. Esses são alguns aspectos considerados pelos estudantes para expressarem seu sentimento de pertencimento ao campo.

Ao perguntarmos se gostariam de mudar para a cidade, houve uma divisão nas opiniões. A maioria, cerca de 60% relataram que se tivessem oportunidades não iriam morar na cidade, pois o campo oferece mais liberdade, segurança e qualidade de vida. Cerca de 30% responderam que mudariam para a cidade, nas respostas a cidade sempre é caracterizada como, *"um lugar que há mais oportunidades, tudo e mais acessível (Rodrigues, 17 anos).*

Esse pensamento comparativo entre campo e cidade, ou seja, o que tem na cidade que não tem no campo é diariamente alimentada no imaginário dos estudantes. Pois, todos os dias deixam sua realidade, na maioria das vezes precarizada, onde falta quase tudo, e vão estudar em uma escola na cidade, uma realidade totalmente diferente, e isso instiga-os a não permanecerem no campo, a sempre buscarem a cidade. Isso é tão explícito que, ao questionarmos sobre a cidade, o que eles achavam? todos responderam a mesma coisa, "a cidade oferece mais oportunidades de trabalhos, de estudos, é mais acessível para pesquisar trabalhos, um lugar para buscar os objetivos".

Finalizando o processo de caraterização dos estudantes, perguntamos sobre o lazer, quais eram as formas com que eles utilizam o tempo livre na comunidade. Cerca de 30% responderam que não fazem nada, uns 20%, especialmente as meninas, responderam que ajudam a mãe nos serviços domésticos, e o restante, 50% responderam que realizam diversas atividades: jogar bola, jogar queimado, acessar redes sociais, dançar, andar de bicicleta, dormir, etc.

A partir do que foi exposto, devemos considerar que os alunos da comunidade Serra do Cavalo vivenciam constantemente a relação rural-urbana. E esse processo acaba influenciando a formação intelectual e social dos estudantes. Pois, nesse cenário o campo, o rural, sempre serão vistos pelos olhos da inferioridade, da comparação, o que tem no urbano, que falta no rural. E infelizmente, o estudante que poderia se tornar um agente ativo de mudanças nessa realidade, acaba reproduzindo o discurso historicamente construído, de oposição entre essas realidades.

4.2. A ESCOLA DA CIDADE: BREVES APONTAMENTOS

O Brasil é uma país com origens tradicionalmente agrário. Todavia, isso não foi suficiente para que a educação no meio rural assumisse outra conotação. O acesso à educação nesse espaço aconteceu tardiamente, e como aponta Demartini (2011, p. 175) sempre foi colocada em segundo plano, "assim com os mesmos preconceitos que a acompanharam, ao longo dos anos, e que parece permanecer e explicar a ainda não resolvida escolarização da

população rural no país". Ferreira (2011) denúncia a precariedade e a marginalidade da educação ofertada no meio rural, sobretudo, no tocante às "diretrizes políticas e pedagógicas" que, segundo Rios (2011), são centradas em um padrão urbano.

Saviani (2004) ao analisar a evolução da escola pública no Brasil do século XX, aponta que desde o início a educação escolar não foi pensada para as massas, mas para uma pequena classe elitista. O período descrito pelo autor de *"escolas graduadas e o ideário iluminismo republicando,* que corresponde aos anos de 1890 a 1931, foi marcado pelo acirramento dos debates em torno de uma proposta de instrução pública. Os debates no geral "apontavam na direção da construção de um sistema nacional de ensino. Emergia a tendência a considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem a ideia de *escola redentora da humanidade*" (SAVIANI, 2004, p. 02). A instrução pública já era apontada como um dos principais problemas a ser enfrentado pelo novo regime instituído. E acreditava-se que após a abolição dos escravos em 1888, e a instituição da República em 1889, a implantação de um sistema nacional de ensino aconteceria de forma natural, no entanto, isso não ocorre e o processo de escolarização, ficando sob a responsabilidade dos estados, acontecendo de maneira desigual e atrasada em muitas regiões.

Pode-se dizer que o direito legal à uma educação pública e para todos só veio a acontecer com a implantação da Nova Constituição de 1988, que passa a considerar o acesso a educação como direito de todos e dever do Estado (Art. 205), e também pela criação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional-LDB. Souza et al. (2015) destacam que até então o cenário era o mesmo; o ensino médio, por exemplo, quando existia, era somente para as elites locais, por meio de escolas particulares e/ou religiosas (SOUZA et al, 2015).

A educação nos espaços rurais tem se caracterizado, sobretudo, pela precarização estrutural e curricular. Rangel e do Carmo (2011) denunciam a forma descontextualizada com a realidade local do currículo imposto nas escolas rurais, onde a 'cartilha' utilizada na escola da cidade é a mesma utilizada na escola do campo. No entanto, conforme destaca Bagli (2006) um dos aspectos que diferenciam o rural e o urbano é o modo de vida reproduzido em cada espaço, o rural associado a aspectos mais naturais, num cotidiano pautado na lida da terra, enquanto o urbano tem um modo de vida associado aos aspectos artificiais criados pelo homem no espaço. Portanto, utilizar um padrão de escola urbano como modelo a ser seguido nas escolas rurais é um equívoco a "educação rural, pois esta consiste em orientar as populações das zonas rurais, no sentido da formação adequada ou conveniente, vinculando-as ao meio e levando-as a reagir de modo eficiente sobre este" (SILVA 1952 *apud* FERREIRA, 2011, p. 106).

A escola onde desenvolvemos nossa pesquisa foi a Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra (foto 48) localizada na Rua João Paulo II, nº 06, centro, Água Branca-AL. Esta instituição foi pioneira na oferta do ensino médio no município e, apesar de não ser a única a ofertar o ensino médio gratuito, a escola continua sendo a primeira opção na procura das últimas séries do ensino médio.

A escola foi fundada no ano de 1981 através do Decreto nº 4.229, pelo governador Dr. Guilherme Palmeira. O nome foi dado em homenagem a um pároco da cidade de Água Branca, Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, um sacerdote virtuoso e grande figura humana. Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola (2017, p. 06) o padre "[...] exerceu sua missão de pároco com grande amor e dinamismo, e ainda encontrou tempo para se dedicar a pastoral educacional, promovendo a cultura e o conhecimento, inclusive implantando o ensino médio no município".

A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, oferecendo Ensino Médio regular, Ensino integral e Educação de Jovens Adultos-EJA. Possui 10 salas de aula, 02 salas multimídias, 01 biblioteca, 01 sala de professor, 01 sala de secretaria, 01 sala de direção, 03 laboratórios (informática, ciências e robótica), 01 auditório, 01 cozinha, 02 banheiros masculino e 02 banheiros feminino e 01 quadra poliesportiva.

Foto 48: Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra

Autor: SANTOS, F.P. (2018)

A comunidade discente é composta por 478 estudantes, sendo 144 residentes na cidade e 337 residentes no campo. O fato da escola receber mais estudantes de origem rural, implica a necessidade de um olhar mais atento sobre o público, pois, conforme Souza *et al.* (2015, p. 544) "reconhecendo a necessidade de um olhar sensível sobre a delicada teia da vida de cada

aluno, respeitando e valorizando as especificidades de cada ser, suas origens, expectativas e maneiras de ser e viver, percebemos o quanto os sujeitos provenientes da zona rural têm sido invisibilizados".

Ao realizarmos o mapeamento do fluxo de estudantes que saem da comunidade Serra do Cavalo para estudar o ensino médio em Água Branca, constatamos que a maioria estão matriculados na escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, cerca de 48 estudantes. Conforme Souza *et al.* (2015, p. 543) "com a ampliação do sistema público de ensino e, consequentemente, o aumento das matrículas neste nível educacional, houve o acesso de um novo público, mais popular e plural, às escolas secundárias, entre eles os alunos e alunas egressos das escolas da roça". Desse modo, passamos a direcionar nosso olhar sobre as narrativas e vivências desses estudantes que, diariamente fazem o percurso, comunidade-escola e escola-comunidade.

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico da escola, identificamos que a mesma busca "assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências necessárias ao exercício das atividades docentes e discentes, integrando-se ao esforço coletivo na elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, feita a partir dos problemas do cotidiano" (PPP da escola, 2017, p. 02 e 03).

Nos últimos anos a escola vem passando por mudanças significativas, sobretudo, no tocante à oferta do ensino. De acordo com o PPP da escola (2017, p.02),

> A escola oferece educação escolar composta de Ensino Médio regular, integral e EJA (Educação de Jovens e Adultos) assegurado na LDB no artigo 37, § 1º § 2º). O embasamento teórico, filosófico e legal do PPP se deu de acordo com as resoluções da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, nº 02 de 07 de abril de 1998 e nº 03 de junho de 1998; que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, bem como os princípios éticos, estéticos e políticos respectivamente dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; LDB 9934/96, artigos 23; 12; 14; 22; e 27 e em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, capítulo 4, art.53 e da Constituição, seção I, art. 206, Lei Nº 12.513/2011- reforçando que se deva ensinar a história e a cultura africana e afro-brasileira, preceitos antes estabelecidos com a lei 10.639/03.

No entanto, segundo a diretora Adriana Almeida de Moura, a partir do ano de 2019 a escola ofertará somente o ensino integral e as séries de EJA, caso exista demanda. O cenário posto nos propõe a seguinte reflexão: será que as escolas urbanas estão adequadas a receberem esse contingente de estudantes que vem do rural? Será que as propostas pedagógicas e curriculares abordam a realidade cotidiana vivênciada pelos estudantes? Nesse sentido, iremos

nos deter sobre as narrativas dos alunos de 3º ano que moram na Serra do Cavalo e estudam na escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra. Não temos aqui a pretensão de criticar por criticar, e sim, a partir das falhas encontradas propor sugestões que aproximem as realidades rural e urbana na vivência escolar, sobretudo, na disciplina de geografia.

4.3. VIVÊNCIA RURAL, ESCOLA URBANA

A educação ofertada no ambiente escolar deve ser capaz de promover o desenvolvimento integral do estudante. Acreditamos que para além dos aspectos intelectuais, o estudante deve ser agente transformador da realidade que se insere. A escola deve formar indivíduos capazes de intervir na realidade e "que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas (TONET, 2008, p. 89 e 90).

Nesse sentido, pensar numa educação transformadora é antes de tudo reconhecer a pluralidade de contextos socioespaciais existentes no ambiente escolar. Portanto, nosso olhar foi direcionado para a Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, notadamente, por apresentar maior quantidade de estudantes de origem rural em comparação com estudantes de origem urbana, em especial, estudantes da comunidade Serra do Cavalo.

Buscamos, através das narrativas dos estudantes, compreender como se sentem por morar no espaço rural e estudar no espaço urbano. Para além das narrativas, nos deteremos sobre os planos de ensino das disciplinas, em especial, a disciplina de geografia. Escolhemos a geografia por acreditar que as cinco categorias: espaço, região, território, lugar e paisagem, podem facilmente interligar as realidades, rural e urbana. Pois, conforme Pontuschka et al. (2009, p. 26) é na disciplina de geográfica que o aluno precisa assumir um posicionamento diante dos problemas sociais, assim "aumentando seu nível de consciência sobre as responsabilidades e os direitos sociais, afim de efetivamente ser agente de mudanças desejáveis para a sociedade".

De acordo com o PPP da escola, a proposta pedagógica contendo os principais conteúdos tem por base os seguintes documentos: matrizes de referência de avaliações externas, os livros didáticos, diretrizes curriculares do ensino médio e referencial curricular da educação básica da rede estadual de ensino de Alagoas[20], também afirma que, os "professores, elaboram

[20] O referencial curricular é um documento que traz orientações para a organização da prática pedagógica do professor.

seus planos de aula, segundo a referida proposta e as necessidades dos alunos (PPP da escola, 2017).

No intuito de averiguar se o professor de geografia em algum período do ano letivo tratou sobre as relações urbanas e rurais em sala de aula, solicitamos à coordenação pedagógica da escola os diários de classe. No entanto, formos informados que a escola não trabalha mais com diários, e sim, com um sistema informatizado, o Sistema de Gestão Escolar de Alagoas-SAGEAL. Ainda sobre os planos de ensino, a coordenadora pedagógica Lúcia nos informou que, tudo é feito em conformidade com o Referencial Curricular do Estado de Alagoas.

Em consulta ao Referencial Curricular do Estado de Alagoas, identificamos que o documento só trata sobre as realidades rural e urbana quanto cita o conteúdo "paisagem e espaço geográfico: urbano e rural" (ALAGOAS, p. 111) como conteúdo do 1ª ano do ensino médio, nos demais anos essas realidades não são tratadas.

Quando questionados sobre esse conteúdo (urbano e rural), a maioria dos estudantes responderam que já tiveram aulas sobre essa temática, porém, não lembravam mais como esse tema foi abordado. Somente dois estudantes lembraram brevemente como tinham sido trabalhados pelo professor: *"o professor de geografia, pediu para nós descrever com belas palavras como é morar na zona rural e na zona urbana"* Silva (17 anos). Nesse momento perguntamos, e como você falou? *"Ah!, não lembro muita coisa, falei das roças, das árvores, na natureza".* Para Lima (17 anos) o professor se referiu ao rural e ao urbano tipo de paisagem, *"ele* [professor] *tratou de duas maneiras, falou sobres os tipos de paisagem e falou sobre a divisão (fronteira) entre o campo e a cidade".*

Os fragmentos das narrativas nos levaram a investigar um pouco mais sobre os planos de ensino dos professores. Assim, ao analisarmos brevemente o livro didático utilizado pelo professor de geografia, constatamos que em nenhum momento o livro aborda a realidade rural. No entanto, existe um capítulo dedicado somente ao urbano, intitulado de "Espaço geográfico e urbanização", o capítulo só trata de questões urbanas, é como se o espaço geográfico fosse somente o urbano.

Nesse primeiro momento, percebemos a forte negação do espaço rural no ambiente escolar. O estudante que passa parte de seu dia na lida da terra, nos afazeres domésticos, seja na limpeza da casa, ou nos pequenos trabalhos como alimentar galinhas, porcos, cuidar da horta, dos pequenos pomares, não se reconhece nas aulas. Portanto, como esse indivíduo poderá ser agente transformador de sua realidade, se sua realidade é marginalizada, esquecida? Para Souza et al. (2015, p. 545) "esse processo de trânsito diário entre territórios [sai da comunidade para

estudar na cidade], vivenciado sobre outras territorialidades, acaba por criar desterritorializações físicas e simbólicas, que vão influenciar na apreensão da realidade e na formação do sujeito".

Quando questionados sobre sua vivência rural, se sentem vergonha de morar no espaço rural, na comunidade Serra do Cavalo, todos responderam que não.

> *"Eu me orgulho de morar na comunidade, porque lá tem uma vivência tranquila, se fosse para escolher entre morar lá e aqui, eu escolhia lá. Porque lá é tranquilo. Mas infelizmente só tem até o quinto ano por isso tenho que vim para cá"* (Santos, 20 anos).
>
> *"Eu acho isso um motivo de orgulho. Ser da zona rural é muito bom, eu posso plantar, consumir da minha própria roça"* (Lima, 17 anos).
>
> *"Eu não tenho vergonha. Eu conheço muita gente que tem vergonha porque a zona rural não dá muito acesso as coisas como na cidade. Mas eu não vejo nenhum motivo para achar ruim, é um lugar calmo, tranquilo, sem falar que minha família toda mora lá. Mas se for por questão de oportunidades, de emprego eu mudaria"* (Silva, 16).

Os trechos das narrativas confirmam a forte ligação dos estudantes com a comunidade rural. Um espaço vivido, cheio de afetividade, segurança, "onde a própria conversa cotidiana, seja entre vizinhos, amigos e parceiros de trabalho, seja no âmbito familiar, versam quase sempre sobre assuntos ligados "à lida" com as plantas e/ou com os animais" (BRANDÃO, 2017, p. 47). E, apesar de não ser retratados no ambiente cotidiano é motivo de orgulho para os estudantes. Porém, um aspecto nos chama à atenção, é o fato de mesmo com essa forte ligação, o estudante pensar em sair para outros lugares, sobretudo, para as cidades em busca de melhores oportunidades.

Ao serem questionados sobre as diferenças entre o rural e o urbano, a grande maioria dos estudantes tratou de elencar os aspectos mais comuns presentes nesses espaços.

> *"Bom, para mim o rural é o lugar onde se desenvolve a agricultura familiar. Já o urbano é um lugar com alta quantidade de habitantes e que é mais desenvolvido e também possui mais recursos"* (Malaquias, 17 anos*).*
>
> *"O rural é um lugar onde prevalece a vegetação, a economia e de base agropecuária. O urbano é o lugar onde há maior densidade de pessoas" (Rodrigues, 17 anos.*
>
> *"Para mim, o rural é um lugar tranquilo onde podemos viver tranquilos com nossas famílias sem medo de violência. O urbano é um lugar tem mais intensidade de carros onde tudo fica mais ao alcance"* (Pereira, 19 anos).
>
> *"O rural é uma região não urbanizada em que as pessoas utilizam as terras para cultivar alimentos e também para criar animais como galinha, gado e etc. O urbano*

> *e um lugar mais desenvolvido que o campo, com menos dificuldades e mais oportunidades"* (Lima, 17 anos).

As narrativas dos estudantes apresentam a mesma dualidade historicamente construídas sobre esses espaços. O urbano sempre se destaca em relação ao rural. Para Abramovay (2000), essa concepção dicotômica deve ser superada, pois, não podemos mais conceber o rural como o espaço desprovido das coisas que se tem no urbano. Tanto o rural, quanto o urbano, têm suas próprias características, e é isso que os complementam e os aproxima.

Em relação a mudança da escola da comunidade para a escola da cidade, os alunos destacaram que a escola da cidade é superior a escola da comunidade. O destaque é para os aspectos de infraestrutura e organização das aulas.

> *"Na escola da comunidade faltava muitas coisas, não tinha os recursos que tem aqui. Aqui nessa escola eu tenho mais oportunidade, faço uns cursos, aprendo muitas coisas novas"* (Malaquias, 17 anos).

> *"A escola da comunidade é mais pequena, só tem uma sala ou duas. Lá só tem até a quarta série, e é só um professor. Aqui não, aqui tem mais estrutura, biblioteca, sala de informática, ar condicionado, os professores são mais preparados. Lá eu estudava e tinha mais três séries juntas, era ruim"* (Pereira, 19 anos).

> *"Lá na escola onde eu estudava era só um professor. Aqui não, o estudo é outro é mais avançado. A escola da serra é mais precária comparada a da cidade".* (Correia, 17 anos).

Observamos no trecho da narrativa de Pereira um problema muito comum nas escolas dos espaços rurais, as classes multisseriadas. Ou seja, a oferta de várias séries do ensino fundamental na mesma sala. O professor tem que dar aulas simultâneas, por exemplo, para estudantes do 1º ano, do 2º ano, 3º e 4º ano. É uma forma de sucateamento do processo de ensino, pois, nenhum professor consegue efetivar um aprendizado significativo em turmas com essa configuração. É também uma forma encontrada pelo governo municipal para reduzir custos com profissionais e implantação de novas salas de aulas no campo.

Em relação à preconceito com os estudantes de origem rural, percebemos que muitos sentiram dificuldades em falar, em alguns casos por não aceitarem que já vivenciaram esses momentos constrangedores e, em outros, por não lembrarem. Os tipos de discriminação mais comuns no ambiente escolar ocorrem pelo jeito de falar, de se vestir, ou pela timidez. Normalmente a pessoa (estudante) é associado ao lugar, por

exemplo, quem reside nas serras é adjetivado de “serreio”, quem vive na região da caatinga, de “catingueiro”, etc.

> *“Eu estava numa roda de conversa aí eu falei uma palavra errada e todos ficaram fazendo chacota de mim”.* (Malaquias, 17 anos).

> *“Comigo nunca aconteceu. Mas já vi os alunos da zona urbana que fazem piadinhas com pessoas da zona rural. Porque os daqui se vestem bem e os de lá não tem muitas condições de se vestir bem”* (Santos, 20 anos).

Essa não aceitação do jeito de ‘ser’ do outro, é um problema muito sério no ambiente escolar. Infelizmente muitos alunos não conseguem expressar esse problema para as pessoas que possam ajudar, e isso acaba se transformando em problemas mais graves, por exemplo, a desistência, ou até depressão. Vou exemplificar através de minha experiência quando deixei a escola da comunidade, e fui estudar na escola da cidade. Nesse período, sofri o preconceito mais comum, o de ser morador de comunidade rural. Na escola isso era muito forte, os estudantes da cidade apresentavam uma superioridade em relação aos do campo. No meu caso, quando fui me apresentar no primeiro dia de aula, e falei que era da Serra do Cavalo, muitos colegas de sala começaram a me chamar de “serreio”, “mandioqueiro”, hoje eu sei que essas palavra não tem significado pejorativo, mas na época isso me deixou mal, até pensei em desistir de estudar. Mas um dia resolvi falar para minha mãe e ela disse que eu não desse atenção, que isso iria parar e realmente parou. Segundo Souza *et al.* (2015, p. 551) essas preconceito “indicam que a escola da cidade segue práticas e ritmos relacionados ao modo de vida urbano, não se importando com múltiplas especificidades territoriais, simbólicas e subjuntivas”.

Em um dos nossos trabalhos de campo, tivemos a oportunidade de fazer junto com os alunos o percurso comunidade-escola e escola-comunidade (foto 46). Nesse dia observamos e conversamos com os estudantes. Em um determinado momento perguntamos se gostavam do transporte, e a maioria respondeu que não, *“aqui não tem conforto, não tem segurança”* (diário de campo, 2018). O transporte dos estudantes é feito por D20s (foto 49), carro muito comum no transporte de pessoas e de cargas no município.

Foto 49: Estudantes em D20 voltando da escola para a comunidade Serra do cavalo.

Autor: SANTOS, F. P. (2018)

Observando aqueles estudantes que todos os dias fazem o mesmo trajeto de sua casa para a escola, perguntei se gostavam de estudar na cidade, e alguns disseram que não, mas outros responderam que sim. Assim, através dos vários relatos, constatamos que, para muitos estudantes, ir da comunidade para a escola da cidade é uma forma de descontração, de lazer, uma maneira de sair da rotina da comunidade, de conhecer outras pessoas.

> *Eu me sinto muito deslocada. Não gosto muito. E quando é tempo de chuva, pense é muito ruim, tem muita lama, frio* (Lima 17, anos).
>
> *Eu não gosto muito. As vezes me sinto excluída, porque como a gente mora na comunidade a roda de conversa é totalmente diferente dos alunos que moram na cidade* (Malaquias, 17 anos).
>
> *Pra mim é bom. É uma forma de sair de casa, de me distratei* (Pereira, 19 anos).

Questionamos, também, se os conhecimentos estudados no decorrer da formação escolar em algum momento já foram utilizados na vida cotidiana, principalmente, no tocante ao trabalho na agricultura ou na vida comunitária da comunidade, e muitos estudantes responderam que não, nunca tiveram aulas sobre questões ligadas a agricultura ou outro aspecto que envolvesse comunidade. Somente dois estudantes num grupo de oito responderam que já utilizaram. *"Eu aprendi a maneira correta de plantar um muda, como se rega, se cultiva. Aprendi na aula de biologia"* (Correia, 17 anos). *Quando eu estudava na 7ª série eu aprendi a fazer mudas [enxertos], de mangueiras, laranjeiras, eu até ensinei mãe a fazer, é bem legal* (Pereira, 19 anos).

Por fim, ao perguntar se o conhecimento apreendido em sala de aula poderia ajudar na melhoria da vivência das pessoas na comunidade, a maioria respondeu que sim, mas não sabem como isso pode acontecer, outros responderam que não. Dentre as respostas a que mais nos chamou a atenção foi Silva (18 anos), *"provavelmente não, durante os três anos que estudei aqui nunca estudei sobre zona rural, nem nada referente a comunidade ou a agricultura".*

A partir das narrativas apresentadas, compreendemos que a educação ofertada para as populações rurais, seja na escola do campo ou na escola da cidade, devem instigar nos estudantes o desenvolvimento de um olhar sobre sua própria realidade. Acreditamos que o discurso dicotômico sobre o rural e o urbano já está sendo superado, e o próprio estudante é um exemplo dessa vivência combinada (FREYRE, 1982), pois, residem no espaço rural e estudam no espaço urbano. O que se deve buscar é uma escola onde o contexto social, econômico e cultural do rural seja abordado. Pois, se os estudantes de origem rural não se envergonham de sua realidade, cabe à escola desenvolver habilidades conceituais e atitudinais que motivem esses sujeitos a serem transformadores de suas realidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos aqui um esforço de análise e reflexão acerca das relações entre o rural e o urbano em Água Branca, Sertão de Alagoas, com enfoque no processo de deslocamento diário vivenciado por estudantes da comunidade Serra do Cavalo que estudam na escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, localizada na cidade de Água Branca. Utilizamos como categorias centrais: o rural, o urbano e o rurbano. Consideramos o rural e o urbano como fenômenos (construções simbólicas) manifestadas através das ações humanas sobre o espaço, que assume a forma concreta, expressa na paisagem, através do campo e da cidade.

O rural e o urbano, conceitos já discutidos nesse trabalho, não deveriam ser entendidos pelo viés dicotômico; essa abordagem aos poucos vem sendo superada. Alguns autores no intuito de superar a dicotomia, passaram a conceber o rural e o urbano pela perspectiva continuum, defendendo uma maior aproximação entre esses espaços. O campo nessa perspectiva assume uma configuração mais urbana, tornando-se uma continuação da cidade.

Outros autores defendem uma urbanização do campo, ampliando ainda mais a ideia de continuidade, nessa perspectiva, o campo tenderia a desaparecer, diante da lógica urbanizadora imposta pela cidade. Existe, no entanto, uma terceira via de análises, pouco conhecida e difundida no meio acadêmico é a abordagem que o Sociólogo Gilberto Freyre desenvolveu no século XX, conhecida como rurbanização. Na rurbanização, o rural e urbano são pensados a partir da conivência combinada é, a integração de realidades, onde valores e estilos de vida rural se juntam a valores es estilos de vidas urbanas.

É a partir da concepção de um espaço rurbano que passamos a compreender o município de Água Branca. Queremos esclarecer que não estamos propondo o fim do rural e nem do urbano, e sim o desenvolvimento de novos olhares sobre essas realidades, olhares mais integradores, sem sobreposição de uma realidade sobre a outra. Ao analisarmos a conformação espacial do município, percebemos que as relações entre o rural e o urbano estão presentes desde o período de sua formação inicial. Os dados da população, bem como, a base econômica do município, expressa essa dependência entre ambos os espaços. Portanto, não tem sentido pensar o rural e o urbano em Água Branca sob o olhar dicotômico, e sim, como espaço rurbano, um lugar que proporciona claramente a vivência combinada descrita por Freyre (1982).

Foi nesse contexto de interdependência do rural com o urbano, que desenvolvemos nossa pesquisa. No cerne dessas relações encontra-se, de um lado, os estudantes do ensino médio da comunidade Serra do Cavalo, e do outro, a escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra. Buscamos, assim, analisar através de um olhar geográfico a vivência dos alunos

na comunidade, bem como, suas experiências de ensino da disciplina Geografia em uma escola urbana.

Inicialmente constatamos que a vivência dos estudantes na comunidade Serra do Cavalo tem forte ligação com o cultivo da terra. Acordar de manhã, tomar café e ajudar os pais no trabalho agrícola é uma realidade presente no cotidiano da comunidade. Além do trabalho na agricultura, os estudantes ajudam nos afazeres domésticos, pegam água nas fontes e barreiros e ajudam na criação de pequenos animais.

Ao se deslocarem para a escola da cidade, os estudantes encontram uma outra realidade. Na escola o modo de vida dominante é o urbano, suas realidades não são retratadas. Ao analisarmos os planos de ensino, notadamente do professor de geografia, identificamos que a realidade rural só é discutida nos planos de ensino do 1º ano do ensino médio. Nesse sentido, percebemos uma descontextualização entre os conteúdos tratados em sala de aula e as vivências dos estudantes. Ao instituir um padrão de reprodução urbana, a escola de certo modo descontrói as singularidades do outro (estudante do espaço rural) impedindo que as vivências e experiências sejam trazidas ao ambiente escolar, interferindo no processo de ensino-aprendizagem.

O artigo 26 da LDB delibera total autonomia para as escolas trabalharem outras questões na parte diversificada do currículo do estudante. Afirma que, no currículo do ensino médio, devem ser consideradas "características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos" (BRASIL, 1996). Assim, fica sob a responsabilidade da escola oportunizar essa integração de vivências, proporcionado ao estudante reconhecer seu contexto social e cultural no ambiente escolar.

É notório destacar que, na Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, a maior parte dos estudantes é de origem rural e, mesmo com esse público, a escola não se organiza para oferecer uma educação que proporcione essa integração de realidades, a rural e urbano. Assim, acreditamos que uma educação integral, emancipadora onde os estudantes possam ser reconhecedores de seus direitos só vai ser possível, quando a escola se propuser a superar essa dualidade de identidades e modos de vidas que são presentes no ambiente da escola.

Nessa perspectiva, apontamos como caminho possível a ser perseguido, a concepção de uma educação rurbana, rurbana no sentido integrador, de vivências combinadas conforme aponta Freyre (1982), uma combinação de conteúdos e de vivências, onde ocorra o encontro das duas realidades. Pensar propostas de ensino rurbanos no contexto do município de Água Branca é trazer à tona a própria configuração socioespacial do município. Diversos temas

poderiam ser trabalhados na perspectiva rurbana de ensino, por exemplo: Tema 01: Formação espacial do município de Água Branca (eixos a serem trabalhados: pecuária, agricultura, engenhos, monocular da cana-de-açúcar, religiosidade, etc.); Tema 02: Economia do município de Água Branca (eixos a serem trabalhados: agricultura familiar, quintais produtivos no espaço urbano, mercados periódicos, comercio local, etc.); Tema 03: População do município de Água Branca (eixos a serem trabalhados: população rural, população urbana, migração sazonal, etc.); Tema 04: Trânsito temporário do rural para o urbano em Água Branca (eixos a serem trabalhados: estudantes das comunidades, agricultores, motoristas de carga, feirantes, etc.).

No tocante à vivência na escola, a aproximação entre o mundo rural e o mundo urbano proposto pelas temáticas acima, pode evitar que preconceitos e estereótipos sejam criados com estudantes de origem rural, assim, afetando sua formação. Chegamos à conclusão que a escola é a principal ferramenta de transformação dessa realidade imposta aos estudantes dos espaços rurais. Enquanto a escola reproduzir o discurso homogeneizador de identidades, notadamente o padrão urbano, as populações rurais vão permanecer no esquecimento e invisíveis diante do espaço urbano.

Consideramos que a pesquisa foi essencial em nosso processo de formação acadêmica, e principalmente para nossa formação pessoal. Ao término desse trabalho nos deparamos com uma sensação de dever cumprido. Pois, de algum modo vamos dar visibilidade a essa questão tão cara às populações rurais, na maioria das vezes invisibilizadas.

Por fim, entendemos que o ponto final se torna uma pequena pausa, um folego a ser tomado, sobretudo quando se buscam novos olhares, novas perspectivas. É nesse pequeno folego que as reflexões devem surgir, sendo guiadas, especialmente, sobre o que foi feito, e o que ainda podemos fazer. Nesse sentido, acreditamos que os primeiros passos sobre a compreensão das realidades rurais e urbanas, bem como, das vivências de estudantes de origem rural em uma escola urbano, já foram dados. Sabemos das nossas limitações acreditamos que as lacunas e questionamentos posteriores são fundamentais para servir apara orientar futuras pesquisas no Alto Sertão de Alagoas.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, ISSN 1415-4765, 2000. (Texto para Discussão, n. 702).

AB' SABER, A. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados ISSN 0103-4014. Estud. av. v.13 n.36 São Paulo maio/ago. 1999.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? In. **Terra Livre**. São Paulo, n, 15, 2000.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEE Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas. 1ª Edição. Maceió-AL, 2014.191p.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Projeto Político Pedagógico (PPP): Escola Estadual Monsenhor Sebastião Alves Bezerra, Água Branca-AL, 2017, 102p.

ALMEIDA, D. B. Uma obra referência para professores rurais: escola primária rural Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 57-68, jul./dez. 2007.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

ÁGUA BRANCA EM REVISTA. Água Branca: Editora Venha ver, nº 01, julho de 2005.

ANDRADE, M. C de. **A terra e o homem no Nordeste.** contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8, ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema**: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 206 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

BAGLI, P. Rural e Urbano: Harmonia e conflito na cadência da contradição. In. SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BERNARDELLI, M. L. F. H., Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. In. SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BIAZZO, P. P. Considerações sobre as categorias rural e ruralidades em suas dimensões de conhecimento**. GeoUERJ**, ISSN: 1981-9021, ano 10, nº18, vol, 1, 2008.

_____. Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa- ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BLUME, R. **Território e ruralidades:** A desmistificação do fim do rural. Porto Alegre, FCE, 2004.

BRASIL. IBGE. Classificação e caraterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

Brasil. IBGE. IBGE cidades. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/agua-branca/panorama>. Acesso em 25/-4/2018.
_____. IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/02/2014.

_____. IBGE. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em< https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=22269&view=detalhes>. Acesso em: 20/06/2018.

BRASIL. Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em 24/06/2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 24/06/2018.

BRASIL. Lei n. 311, de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, atividades Legislativas. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei -311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

Brasil. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 90p. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Aceso em 11/11/2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25/06/2018.

BRANDÃO, C. Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil. Encontro Sobre Reforma Agrária, junho de 2006, Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em:

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GOUSP**. Espaço e tempo, São Paulo, nº 30, pp.05-12, 2011.

CPRM. **Diagnóstico do município de Água Branca, estado de Alagoas**. Org. MASCARENHAS, J. C.; BELTRÃO, B. A.; JUNIOR, L. C. S. Projeto cadastro de fontes de

abastecimento por água subterrânea. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em < http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15222/rel_cadastros_agua_branca.pdf?sequence=3>. Acesso em: 20/03/2018.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 11. outubro de 1998, p. 53-75.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade campo. Campo e Território, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.

DEMARTINI, Z. B. F. Educação rural: retomando algumas questões. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 175-189, 2011.

ENDLICH. M. A. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In. SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** (org.) 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Ruabanização: O que É?** Recife: Editora Massangana, 1982.

FEITOSA, E. A. **Água Branca: história e memória.** Maceió: EDUFAL, 2014.

FERREIRA, L. G. Histórias de vida de professores rurais: apontamentos sobre questões históricas e políticas de formação. Revista **FAEEBA**-Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 105-113, jul./dez.2011.

FROEHLICH, J. M.: 'Gilberto Freyre, a história ambiental e a rurbanização'. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VII (2): 281-301, jul.-out. 2000.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013. ISSN 1984-2201, Universidade Federal do Ceará, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

JACINTO, J. M.; MENDES, C. M.; PEREHOUSKEI, N. A. o rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. Revista Percurso ISSN: 2177-3300. Maringá, v. 4, n. 2, p. 173-191, 2012.

MAIA, A.C., FERREIRA, D. A. O., Discutindo categorias e conceitos: uma contribuição geográfica dentro das análises da relação rural-urbano. In. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. GODOY, P. R. T (org.), São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.

MELO, M. L. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. SUDENE-PSU-SRE, Recife, 1988.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre: Geografia, movimentos sociais e teoria. São Paulo, ano 18, n19, p95-112, jul./dez.2002.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a Industrialização Brasileira Florianópolis, Cadernos Geográficos. Ano II, n. 2 – Maio de 2000.

MIRANDA, L. I. B. Planejamento em áreas de transição rural-urbana. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v.11, nº.1, maio, 2009.

MORAES, R. B. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. **Terra Livre**. Geografia, Espaço & Memória. São Paulo. Pp.11-22. janeiro-julho, 1992.

NOGUEIRA, M. D.; WALDECK, G. Mandioca: saberes e sabores da terra/ pesquisa e texto de Maria Dina.– Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2006. 36 p.: il. ISBN 85-7334-028-2 Catálogo da exposição realizada no período de 25 de maio a 30 de julho de 2006.

PARAHYBA, R. B. V.; LEITE, A. P.; OLIVEIRA NETO, M. B. O. Solos do Município de Água Branca, Estado de Alagoas. **Comunicado técnico.** ISSN 1517-5685. Rio de Janeiro, RJ Dezembro, 2006.

POCINHO, M. Amostra e tipos de amostragens. 2009. Disponível em: < http://docentes.ismt.pt/~m_pocinho/calculo_de_amostras_teorias.pdf>. Acesso em: 17/08/2018.

RANGEL, M.; CARMO, R.B. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 201.

RESENDE, S. Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Geografia). UFU: Uberlândia, 2004. 132 p.

REIS, D. S. O rural e o urbano no Brasil. In. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambú. Anais... Caxambú, Minas Gerais, 2006.

RUA, J. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da **ANPEGE**, n. 2, p. 45-66, 2005.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação
dos municípios. **Análise Social**, 211, XLIX (2.º), ISSN online 2182-2999. 2014.

KÖCHE, J. Carlos. O conhecimento científico. In: Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 23-28.

SAVIANI, D. Educação pública brasileira no longo século XX (1890-2001). Anis. III Congresso Braseiro de História da Educação. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2004.

Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf. Acesso em 24/06/2018.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, F. P. Rurbanização e ensino de geografia: um olhar sobre a cidade de Água Branca- AL. 2015. 78f.:il. Monografia (Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 11ª ed. – Rio de Janeiro, Record, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da geografia a uma Geografia Crítica. 6. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo horizonte, maio de 1997.

SILVA, J. B. Discutindo o rural e o urbano. Revista da **ANPEGE**, v.7 nº, 8, ISSN 1679-763x, ago./ dez. 2011.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 6ª. ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

SOUZA, E. C.; SOUZA, H. R. S.; ORRICO, N. R. Metamorfose do eu: estudantes rurais nas escolas urbanas. ISSN 1676-2592. ETD-Educ. Temat. Didit. Campinas, SP. V17, n.3, p.542-557.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. Bairros rurais no oeste paulista: da resistência simbólica às perspectivas de inserção no novo rural brasileiro. GEONORDESTE, Ano XXI, n.1. Disponível em: file:///C:/Users/Fabio/Downloads/2448-6629-1-PB.pdf. Acesso em: 25/-7/2018.

TAVARES, C. Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 31, n. 2, p. 141-150, 2009.

TAVARES, N. J. A. **Feira livre de Boqueirão : dinâmica regional, mercado e consumo no Cariri Paraibano** - 2017. 126 f. : il. ; 30 cm. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

TONET, I. Educação e formação humana. In. Marxismo, educação e luta de classes; teses e conferencias do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana. Susana Jimenez, Jorge Luís de Oliveira, Deribaldo Santos (org.), Fortaleza: EDUECE/IMO/SINTEF, 2008.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginarias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: São Paulo, Editores Associados, 2002.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulis, 2005.

WILLIAM. R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: campanhas das letras, 2011.

7. APÊNDICE

APENDICE 01

População rural e urbana de Alagoas 1950/2010

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1950	286.379	806.758	1.093.137
1960	428.228	842.834	1.271.062
1970	642.208	963.966	1.606.174
1980	995.344	1.016.531	2.011.875
1991	1.481.125	1.031.866	2.512.991
2000	1.917.922	901.250	2.819.172
2010	2.297.860	822.634	3.120.494

Fonte: IBGE – Censo demográfico (1950, 1960, 1970, 1980, 1991,2000, 2010).

8. ANEXOS

ANEXO 01

MAPA MENTAL ELABORADO PELOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ANEXO 02

DELMIRO GOUVEIA
SUDENE
Riacho do
Serra do Umbuzeiro
MALAQUIAS
JARDIM
Serra dos Cordeiros
ENGENHO
Umbuzeiro
BATUQUE
ONÇA
TATAJUBA
Rch. das Cabras
ÁGUA BRANCA
BOI MORTO
Rch. do Miguel
Estação Elevatória
Antenas
COBRAS
PARICONHAS 0,5 KM
89 80
89 76

ANEXO 03

ROTEIRO DE ENTREVISTA: ____/___/ 2018

Nome:

Idade:

1. Quanto tempo vive na comunidade?
2. Qual a origem da sua família?
3. O senhor ou a senhora lembra ou quando era alguma falou onde surgiu as primeiras casas da comunidade?
4. E esse nome Serra do Cavalo, o senhor ou a senhora sabe como surgiu?
5. O senhor ou a senhora sabe ler e escrever? Teve oportunidade de estudar? Como funcionava a escolarização dos moradores da comunidade?
6. Quais as principais atividades econômicas que sua família desenvolveu e ainda desenvolve na comunidade?

ANEXO 04

QUESTIONÁRIO

PARTE 01 - IDENTIFICAÇÃO	
1. Nome (opcional): 2. Aluno:	3. Idade:
4. Endereço:	5. Há quanto tempo você mora na comunidade?
6. Qual a principal atividade econômica da sua família? Você pode marcar mais de uma resposta? ( ) agricultura ( ) pecuária ( ) funcionário público ( ) bolsa família ( )outras	
7. Se a sua resposta estiver associada a agricultura, quais os tipos de cultura (por exemplo, milho, feijão, mandioca etc.) que sua família cultiva?	8. Se a sua resposta estiver associada a pecuária, quais os animais que sua cria?
9. Você tem aceso a internet? ( ) sim – Onde?_____ ( ) não – Qual o motivo?_____	
PARTE 2 – VIVÊNCIA COTIDIANA	
10. Você trabalha? sim ( ) não ( )	
11. Você trabalha na roça com sua família na roça? sim ( ) não ( )	
12. Quais atividades você desenvolve na roça?	
13. Você se considera um morador do campo ou da cidade? Sim ( ) não ( ) 14. Por que?	
15. Você gosta de morar no campo? ( ) sim ( ) não Por que?	
16. Se você tivesse a oportunidade de morar na cidade você mudaria? ( ) sim não ( ) Por que?	

17. O que você acha da cidade?
18. Você desenvolve alguma atividade relacionada ao lazer no seu dia a dia? ( ) sim ( )não O que você faz? Você gosta? ( ) sim ( )não Por que?
19. Você sabe qual profissão deseja seguir no futuro?
3. VIVÊNCIA NA ESCOLA
20. Com quantos anos você começou a estudar?
21. A escola era localizada na cidade ou no campo?
22. Você teve medo? sim ( ) não ( ) Por que?
23. Com quantos anos você foi estudar na cidade?
24. Você teve medo? Sim ( ) não ( ) Por que?
25. Você gosta de estudar na cidade? ( ) sim ( ) não Por que?
26. O que a escola significa para você?
27. O que a escola da cidade significa para você?
28. Quais as principais diferenças em estudar na escola da cidade e na escola da comunidade?
29. Você gostaria de ter estudado seu Ensino Médio na comunidade? ( )sim ( ) não Por que?
30. O que você entende por rural (campo)?

31. O que você entende por urbano (cidade)?
32. Você já sofreu algum preconceito por ser de comunidade rural? ( )sim ( )não Explique?
33. Nos 3 anos que você cursou o ensino médio algum professor de Geografia trabalhou os conteúdos do rural e do urbano, campo e cidade? ( ) sim não ( ) Como esse conteúdo foi explicado?
34. A escola já realizou algum projeto sobre o rural? ( ) sim ( ) não Você lembra o nome do projeto ou como foi que aconteceu?
35. Na sua vivência escolar, você percebe uma separação entre alunos do rural (campo) e alunos do urbano (cidade)? ( )sim ( ) não Explique?
36. Quando os professores passam trabalhos de pesquisa eles perguntam como vocês fazem para pesquisar? ( ) sim ( ) não Como vocês fazem para pesquisar esses trabalhos?
37. Você já faltou a escola para ter que ajudar sua família na roça? Sim ( ) não ( ) Você falou com o professor e explicou a situação? Sim ( ) não ( ) O professor compreendeu? Explique.
38. O que você pensa em fazer ao terminar o ensino médio?

ANEXO 5

ROTEIRO DE ENTREVISTA - 02

Nome:_____

Idade:_____

1. Você tem vergonha de ser morador de espaço rural (comunidade)? Por que?

   _____

2. Quais as principais diferenças que você percebe entre a escola da comunidade (Serra do Cavalo) e a escola da cidade?

   _____

3. Você já sofreu algum preconceito na escola por ser de origem rural? Como aconteceu?

   _____

4. Você gosta de estudar na escola da cidade? Por que?

   _____

5. Seu aprendizado nos três anos do ensino médio em algum momento já o auxiliou na comunidade? Seja em questões relacionadas a vida social ou no trabalho na agricultura?

   _____

6. Você acha que o conhecimento que você apende na escola pode ajudar a melhora a vivencia na sua comunidade? Como?

   _____

7. Como você se sente em viver no rural (comunidade) e estudar no urbano (escola da cidade)?

   _____